

## ATA Nº21

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 18 de dezembro de dois mil e vinte.** -----

-----Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e vinte e quatro minutos, através de sistema de videoconferência, e em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a redação dada pela Lei nº28/2020, de 28 julho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Madalena Marques Santos Simões Pinto e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 25/09/2020;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Intervenção do Público;** -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO NO ANO 2021;** -----

-----**PONTO TRÊS: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2021** -----

-----**PONTO QUATRO: COVID-19 – ISENÇÕES PARA 2021;** -----

-----**PONTO CINCO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE INVESTIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO – REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS;** -----

-----**PONTO SEIS: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE INVESTIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO – EIXO PARA A COMPETITIVIDADE – LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS À A17;** -----

-----**PONTO SETE: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE INVESTIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO – CENTRO NÁUTICO E PISCATÓRIO DA PRAIA DA VAGUEIRA;** ---

-----**PONTO OITO: AUTORIZAÇÃO DE REFORÇO ORÇAMENTAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – CENTRO NÁUTICO E PISCATÓRIO DA PRAIA DA VAGUEIRA;** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Xavier Prior Neto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana Barreira, Sérgio Domingos em substituição de Maria Helena Marques dos Santos e Sara Andrade em substituição de Maria Pedro Silva eleitos na lista do PSD; -----

-----Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Neves Ferreira, António Bastião em substituição de Paulo Alexandre Ferreira Malta, eleitos na lista do CDS.-----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Iguamente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Maribel Julião, em representação de Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Maria Helena Marques dos Santos, Maria Pedro Silva, Paulo Alexandre Ferreira Malta, Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 25 de setembro de 2020.**-----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata, da sessão realizada no dia 25 de setembro de dois mil e vinte, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. O senhor Presidente esclareceu que apesar de na ordem de trabalhos constar a apreciação e votação da ata de treze de outubro de dois mil e vinte a mesma não irá ser feita hoje. Esta ata é correspondente às eleições da CCDR e ainda não está pronta a ser votada. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.**-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre os dias vinte e sete de setembro e 18 de dezembro de dois mil e vinte. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. O senhor Presidente deixou uma explicação do porquê da realização desta sessão nestes moldes, por videoconferência. Como é do conhecimento de todos devido ao declarado, e renovado, Estado de Emergência e devido a situação epidemiológica do País e do Concelho sentiu-se que em termos de precaução e de adequação ao que se está a viver seria mais prudente realizar esta sessão nestes moldes. Já foram realizadas duas sessões por videoconferência, que correrem muito bem, existem condições técnicas para o fazer, em segurança, e, portanto, num claro sentido de responsabilidade e de exemplo esta seria a decisão mais acertada, atendendo à situação. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que enviou duas mensagens ao senhor presidente da Assembleia Municipal, uma delas a dois de outubro, e não obteve qualquer resposta e pediu uma justificação. Entretanto, o senhor deputado leu a mensagem e referiu que esta se deveu ao facto de a senhora Deputada Andreia Marques ter afirmado de forma sistemática que não era verdade que no dia um de outubro de dois mil e vinte os cuidados intensivos de COVID do Hospital de Aveiro estariam em funcionamento. O senhor Deputado referiu que o que disse, efetivamente, era verdade e nesse dia esse serviço estava a funcionar. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que irá verificar se de facto não respondeu a essa mensagem e se não o fez fica já aqui um pedido de desculpas, porque se não o fez devê-lo-ia ter feito. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas das senhoras Deputadas Maria Helena Marques dos Santos, Maria Pedro Silva e Paulo Alexandre Ferreira Malta e do Senhor Presidente da Junta, Fernando Julião, à sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Não houve nenhuma inscrição para intervenção do Público. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a forma como, mais uma vez, organizou esta sessão, a mais correta para a atual situação que se vive. Entretanto, referiu houve a notícia do rapto de uma vaguense, Jéssica Pequeno, da Freguesia de Santo André de Vagos, em Moçambique, e ao que parece, depois, tudo veio a correr pelo melhor. A questão do senhor Deputado à Câmara Municipal é se teve alguma intervenção relativamente a estas notícias que foram chegando, uma vez que se tratava de uma Vaguense. Por outro lado, não quis deixar passar a oportunidade de o PSD poder solicitar à Mesa que fosse feito um voto de pesar pelo falecimento do senhor Costa Pereira, antigo Presidente de Junta de Freguesia de Vagos, que apesar de não ser social democrata era uma pessoa que respeitavam e que deu muito do seu tempo à causa pública. Neste sentido, não será nada descabido que a Assembleia Municipal aprove um voto de pesar pelo falecimento do senhor Costa Pereira. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que o CDS-PP também se associa ao pedido de voto de pesar do senhor Costa Pereira que foi de facto uma morte lamentável e é salutar o trabalho que ele prestou à comunidade. Entretanto, partilhou que tem reparado que a estrada que liga Lombomeão a Vagos não se encontra nas melhores condições e, por isso, questiona se está agendado algum plano de recuperação para aquela via. Em relação à estrada de Rines-Sanchequias questionou sobre o ponto de situação atual. Relativamente à estrada Salgueiro-Fontão, nem só as pessoas que lá moram, como também as que por lá passam, todos os dias se repara que a mesma não está nas melhores condições. Quando chove bastante aquilo

mais parece um lago e não propriamente uma estrada e a sinalética no pavimento, simplesmente, não existe. A questão do senhor Deputado é para quando é que está prevista a receção definitiva da obra e se em dois mil e vinte e um esta via já será uma das melhores da região. -----

----- A senhora Deputada Patrícia Ferreira usou da palavra e perguntou onde é que a verba que estava alocada à NATÁL(i)A foi aplicada e se foi aplicada na totalidade. A segunda questão prende-se com um artigo que saiu no jornal O Ponto sobre uma artista plástica que foi considerada uma das cinquenta melhores a nível internacional e que pelos vistos saiu de Vagos com muito má impressão, porque veio pedir para expor o seu trabalho e, ao que parece, foi desencorajada e saiu com uma “sensação muito esquisita” e que não sentiu abertura por parte da Câmara Municipal. A senhora Deputada quer saber que tipo de reconhecimento é que querem dar aos artistas Vaguenses e que tipo de incentivos estão a ser pensados e a ser postos em prática, neste momento, porque apesar de haver algumas dificuldades neste tempo de pandemia não devem ficar esquecidos. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que seria útil ter-se um ponto de situação sobre as dragagens nos canais, uma obra que é exigida há muitos anos e finalmente conseguiu-se que este Governo pudesse assumir esta obra tão importante para o Concelho, para o Turismo e para o Desporto. O segundo ponto tem a ver com o Plano de Ação para a Reabilitação Urbana para a Vila de Vagos, ou seja, há uns meses, para um montante total previsto de cerca de dois milhões de euros, a Autarquia tinha uma taxa de execução de 5% e uma taxa de compromisso por volta, também, dos 5%. O senhor Deputado julga que Vagos é mesmo o pior Município da Região Centro e, portanto, um mau exemplo para a Região e para o País. O senhor Deputado pergunta se a Câmara Municipal quer esclarecer “este fracasso” e se prevê alguma evolução. Um outro ponto prende-se com a EB1 de Quintãs, já aqui abordado, e à medida que a obra avança, gostaria de perceber se a Câmara, nomeadamente a Vereação da Educação, já estará finalmente em condições de esclarecer se a sua ampliação terá impacto na colocação futura das crianças da mesma Freguesia. Qualquer informação sobre este assunto continua a ser bem-vinda. Entretanto, perguntou também qual o ponto de situação da execução dos projetos vencedores do Orçamento Participativo, que se vem arrastando desde há uns anos a esta parte. Para finalizar o senhor Deputado elogiou o apoio que o senhor Presidente da Câmara deu à cidadã vaguense que recentemente viveu uma situação dramática em Moçambique. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que a primeira questão prende-se com uma situação que se viveu há um ano atrás, ou seja, com algumas inundações junto à EN109 e, por isso, pergunta qual o ponto de situação do assunto, que diligências é que foram tomadas para tentar minimizar a situação e se houve alguns contactos com a ASCENDI por causa da A17. A segunda questão, já aqui mencionada nesta Assembleia, e que não é da responsabilidade da Câmara Municipal, é saber o que é que se pode fazer para que a fibra seja uma realidade também na Freguesia de Calvão, porque efetivamente há muitas dificuldades em trabalhar *on-line*, a partir de casa. -----

----- O senhor Deputado Tony Almeida usou da palavra e a primeira questão que colocou vai no seguimento de um assunto já referido pelo senhor Deputado Sérgio Martins, ou seja, as inundações em particular na estrada que liga Ouca a São Romão, saber qual o ponto de situação. Ao que parece já houve uma pequena intervenção, mas será apenas de sustentação e a via carece de algum cuidado mais profundo. A segunda questão prende-se com o ano escolar e como está a decorrer o funcionamento de duas turmas do 8ºano da EB2,3 de Vagos que, ao contrário do que seria de esperar, estão a ter aulas em mais do que uma sala, pelo menos uma sim, quando o ideal é ter todas as aulas na mesma sala. Há algumas queixas por parte de alguns encarregados de educação que referem que algumas salas não estão a ser devidamente higienizadas, embora o senhor Deputado não possa confirmar isso. Tem conhecimento que houve uma tentativa, ou duas, de marcação de reunião do Vereador responsável pelo Pelouro da Educação e o Diretor do Agrupamento de Escolas para falar sobre esse assunto. Entretanto, a reunião foi desmarcada e os Encarregados de Educação notaram alguma relutância por parte do Diretor em que a mesma se realizasse. O senhor Deputado pergunta se a Câmara Municipal tem conhecimento do que é que se está a passar na escola, que garantias é que há por parte o Agrupamento sobre o que se está a passar para de alguma forma trazer alguma tranquilidade aos Encarregados de Educação. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e começou por se referir à transferência de competências para as Juntas de Freguesia, ou seja, está-se a aproximar o fim do ano e este ano ainda não houve qualquer transferência e esta é uma grande preocupação de todos os Presidentes de Junta, porque isto condiciona toda a execução do trabalho. A segunda observação prende-se com a beneficiação de arruamentos que está a ser programada no lugar de Rio Tinto do qual teve hoje conhecimento que está para breve o concurso, portanto, uma boa notícia. No entanto, pergunta qual é o projeto em termos de águas pluviais e passeios nesse troço de estrada que está a ser planeado. -----

----- O senhor Deputado Hermes Fernandes usou da palavra e questionou quando é que o multibanco da Praia da Vagueira começa a funcionar como deve de ser, uma vez que se está em dezembro e desde o final do mês de agosto que aquele equipamento não funciona. A outra questão prende-se com os semáforos da Gafanha da Boa Hora que sempre que chove deixam de funcionar e ficam sempre umas duas semanas desligados e, portanto, o que é que se poderá fazer para resolver este problema de uma vez. Por último, o senhor Deputado pergunta o que é que a Câmara Municipal, juntamente com as Forças Policiais, poderia fazer na questão dos assaltos que ultimamente têm assolado a Freguesia da Gafanha da Boa Hora, desde moradias, carros e autocarros. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra para esclarecer o senhor Deputado Óscar Gaspar que efetivamente a unidade de Cuidados Intensivos não abriu no dia um de outubro como referiu e sim no dia três de outubro às dezoito horas e após muita pressão do Conselho de Administração sobre os profissionais de saúde, uma vez que as condições de pressão negativa não estavam reunidas. Ainda assim, e muito mais importante se o serviço abrir no dia um ou no dia três, é que o plano de contingência que foi divulgado no dia dez de outubro sai apenas com duas

camas de Unidade de Cuidados Intensivos para todo o distrito, facto que se deveu a um mau planeamento das camas o que resultou num mau regulamento da cirurgia programada que é o que acontece neste momento. Portanto, o plano de contingência do hospital não foi capaz, ao longo destes nove meses, de dar resposta e o recobro do hospital funciona, neste momento, como Unidade de Cuidados Intensivos, face há falta de planeamento pelo Conselho de Administração. ---

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra para deixar um apelo ao senhor Presidente da Câmara para que em colaboração com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soza tomem providências no sentido que seja limpo todo o matagal que rodeia o troço da estrada do Boco que dá acesso à Quintã. O mesmo apelo faz ao senhor Presidente da Junta da Freguesia de Santo André para limpar a zona do Largo da Igreja Paroquial, envolvido em tanto matagal, e a rotunda que dá acesso à auto-estrada merece ser mais embelezada, pois é pena vê-la com tão mau aspeto. Entretanto, solicita ao senhor Presidente da Câmara que convide, a título particular, a senhora Catarina Martins, Coordenadora do Bloco de Esquerda, para visitar o Concelho de Vagos e a leve a ver a casa e o quintal, onde nasceu o seu pai em Santo André. A casa encontra-se em ruínas e o matagal que existe à volta são uma vergonha. O senhor Basílio teve conhecimento que o senhor Abílio Neto, natural de Calvão, quer doar a sua Biblioteca à Câmara Municipal de Vagos e já contactou a responsável pela Biblioteca Municipal que se mostrou recetiva e, por isso, faz um apelo à Vereadora da Cultura para que se interesse pelo assunto. O senhor Deputado termina a sua intervenção pedindo um voto de pesar pelo falecimento do senhor João Pedrogão, cidadão vaguense, do lugar da Lavandeira, tendo em consideração que foi um escritor que escreveu quinze livros. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir que o Partido Socialista também se associa ao voto de pesar pelo falecimento do senhor Costa Pereira, que foi Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e fez parte da Assembleia Municipal e merece todo o respeito enquanto homem, enquanto cidadão e enquanto participante na causa pública. Em relação à Saúde a intervenção da senhora Deputada Andreia Marques não surpreende e o PSD continua mal informado e o senhor Deputado espera que não seja para informar mal. O que o senhor Deputado quer dizer é que o Hospital Infante D. Pedro, Hospital do Baixo Vouga, tem dez camas na Unidade de Cuidados Intensivos para doentes COVID que têm estado a ser utilizadas, infelizmente. Não tem havido saturação, ou seja, continua com alguma folga. Para doentes não COVID o hospital vai abrir uma nova zona de urgência autónoma para atender não só os doentes COVID, mas também aqueles que sejam suspeitos de COVID, o que é uma boa notícia para todos enquanto potenciais utilizadores daquele hospital. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra para manifestar o seu desagrado em relação à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar quando este diz que vai ler uma mensagem, lê a mensagem, dá a sua opinião, teve uma intervenção naquele ponto da ordem de trabalhos sem respeitar o regimento em que ele próprio participou e que aprovou. Entretanto, referiu-se a algumas situações que aconteceram nestes últimos tempos. Em termos de política de descentralização deixou os parabéns pela abertura do Espaço do Cidadão e Atendimento ao

Munícipe em Fonte de Angeão. O senhor Deputado quer que o senhor Presidente da Câmara diga qual é o efeito que tem tido a abertura do Espaço do Apoio ao Imigrante. De seguida, felicitou e perguntou para quando o início da obra em termos de investimento económico da fábrica dos vinte milhões e dos cento e cinquenta postos de trabalho a criar. Em relação à questão dos vouchers, muito elogiados pelos empresários e pelas pessoas em geral, pergunta o ponto de situação desta iniciativa. Referiu-se ainda ao comunicado emitido pelo Partido Socialista e pediu alguns esclarecimentos relativo à pretensão da adesão à Campanha de Apoio à Vacinação em Farmácias por parte do Município e ao mês Sénior. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Mesa associa-se ao voto de pesar, já manifestado, pelo falecimento do senhor Costa Pereira que foi um homem que se dedicou à causa pública, à vida política, à melhoria das condições de vida dos seus concidadãos, foi membro da Assembleia Municipal e, por isso, é uma grande perda e uma pessoa que deve ser enaltecida. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques pediu para usar da palavra, em defesa da honra, e esclareceu o senhor Deputado Óscar Gaspar que *“o seu Governo e a sua Ministra da Saúde estão habituados a tratar mal os profissionais de Saúde, mas chamar-lhe publicamente mentirosos é faltar à verdade. Eu volto a repetir, a Unidade de Cuidados Intensivos recebeu doentes no dia três às dezoito horas. A capacidade inicial foi alargada e toda a Unidade de Cuidados Intensivos COVID e não COVID foi expandida para doentes COVID, facto que gerou lacuna na prestação de cuidados e de camas a doentes não COVID e a resposta tem de surgir na Unidade de Recobro que funciona dentro do bloco operatório do Hospital de Aveiro. Quero com isto dizer que para responder à falta de camas COVID e não COVID as cirurgias programadas tiveram de ser suspensas. Portanto, eu não menti e não fugi à verdade. Pode perguntar a qualquer profissional de saúde e não só ao Conselho de Administração que veicula a informação que o senhor alega para poder verificar que eu estou apenas, e só, a dizer a verdade e que não é mais do que a realidade.”* -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu a palavra para proceder ao exercício da defesa da honra, face à intervenção da senhora Deputada Andreia Marques. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal refere que não viu na intervenção da senhora Deputada Andreia Marques qualquer ataque à honra do senhor Deputado e também não está previsto no regimento da Assembleia Municipal resposta à defesa da honra. O senhor Deputado poderá depois responder à senhora Deputada, mas não no conceito de defesa da honra. A defesa da honra aplica-se quando algum Deputado ofende e não noutro aspeto. O senhor Presidente não vê razão para dar agora a palavra ao senhor Deputado Óscar Gaspar. A seguir, se bem o entender, poderá responder à intervenção da senhora Deputada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal. De início começou por se associar aos dois votos de pesar que aqui foram deixados. Em sede de Câmara Municipal foi aprovado um voto de pesar pelo falecimento do senhor Costa Pereira. Em relação ao voto de pesar pelo falecimento do senhor João Pedrogam a Câmara Municipal também se associa. Estes dois homens tiveram um papel

importante na comunidade Vaguense e a Câmara Municipal faz todo o gosto em se associar a estes votos de pesar. Em relação ao rapto da cidadã Vaguense em Moçambique, Jéssica Pequeno, o senhor Deputado Bruno Julião deixou um elogio ao Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Câmara quis também destacar o papel do senhor Deputado, na qualidade de membro do Governo na área dos Negócios Estrangeiros. Felizmente, está tudo bem com a Jéssica, o senhor Presidente já esteve com ela pessoalmente, uma vez que se encontra a passar férias em Portugal e contará voltar a Moçambique, mas o que interessa é que acabou tudo bem. Neste processo houve uma colaboração perfeita de todas as entidades inclusive das entidades Moçambicanas. Moçambique é um País que está a “ferro e fogo” e merecerá a atenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugueses e também da própria União Europeia no sentido de haver uma intervenção mais profunda. Relativamente à estrada que liga Lombomeão a Vagos tem dois tipos de problemas, uma questão relacionada com a AdRA e a Câmara já reportou essa situação, isto é, tem a ver com algumas deficiências nas tampas de saneamento e está a ser acompanhada pela AdRA. A Câmara Municipal está a preparar uma intervenção, que será preparatória, na rua da Fonte que prevê pequenas reparações na Rua Padre Maria Vicente da Rocha e na Rua da Banda Vaguense que serão, depois, os desvios da Rua da Fonte. Esta questão é importante porque permitirá que depois a obra na Rua da Fonte corra com maior normalidade. Para além disso está a ser preparado com a AdRA um projeto semelhante ao da Rua da Fonte, ou seja, uma intervenção bastante profunda para substituir água e saneamento para se poder ficar com a Rua Padre Maria Vicente da Rocha totalmente requalificada num futuro muito próximo. Os projetos iniciarão em dois mil e vinte e um e a perspetiva é que a obra esteja pronta para iniciar em dois mil e vinte e dois, a seguir à conclusão da Rua da Fonte. No que respeita à estrada Rines-Sanchequias está praticamente concluída. Neste momento, a Câmara Municipal fez um pedido de suspensão de prorrogação da obra, aprovado na última reunião de Câmara, por unanimidade. As razões são várias, faltam-lhe alguns retoques finais que estão a ser preparados. Além disso aquela obra tem ainda uma candidatura feita para a Mobilidade Suave e, portanto, não convém ainda que essa obra esteja formalmente fechada. Em relação à estrada Salgueiro-Fontão ainda não foi feita a receção definitiva da obra, porque há uma série de anomalias que ainda não foram resolvidas. A Câmara Municipal está a trabalhar com o empreiteiro para que isso possa ser possível em breve. Quanto às verbas da NATÁL(i)A não irão ser gastos os mesmos valores que se gastaram nos anos anteriores e foram canalizadas para despesas com a COVID19: EPI's, testes, apoio às IPSS's. A participação financeira do Município este ano na NATÁL(i)A será bem menor que nos outros anos. Entretanto, houve um conjunto muito vasto de intervenções que foram necessárias fazer no âmbito da COVID19, que foi feito, e que teve um efeito muito prático nas instituições do Concelho. Relativamente à artista plástica o senhor Presidente da Câmara desconhece, e a senhora Vereadora da Cultura também desconhece, esta questão aqui abordada pela senhora Deputada Patrícia Ferreira. Por parte da Câmara Municipal não houve nada que tivesse ficado por responder até porque tem sido público o papel que o Município tem tido no apoio à cultura Vaguense, apoiando os artistas locais e os agentes culturais Vaguenses nas mais diversas áreas. Em relação



às dragagens no troço entre a Ponte da Água Fria e a Ponte de Fareja, rio Boco, está concluída. Neste momento, ainda falta da Ponte de Fareja (nova) para sul, está a decorrer a dragagem junto à Ponte da Vagueira, ainda virá mais para sul e, depois, continuará até à Ponte do Areão. Entretanto, está em discussão junto da POLIS a questão da profundidade e da largura da dragagem, porque há problemas técnicos com a dragagem que estava prevista, ou seja, a cota da dragagem inicial que está no estudo de impacto ambiental é uma cota muito mais profunda do que aquela que foi adjudicada, uma vez que os valores financeiros não permitiam que se fizesse a cota de dragagem inicialmente prevista. Portanto, neste momento, a cota financeira da dragagem que existe não apresenta ao empreiteiro rentabilidade que justifiquem. A cota de dragagem que existe impede que o empreiteiro faça dragagens, ou seja, só permite uma hora de dragagem por dia nas cotas que estão previstas no projeto e está a ser acertado entre a POLIS e o empreiteiro a solução para esta problemática, do sul da Vagueira até à Ponte do Areão. Essa foi uma questão que o senhor Presidente não abdicou, isto é, que essa dragagem fosse feita até à ponte do Areão. Quanto aos méritos deste Governo o senhor Presidente poderia discuti-los, mas não o irá fazer e preferedizer que este Governo tem mérito tal como o Governo anterior tem mérito de manter esta como uma intervenção prioritária nesta região. No que respeita à PARU, a taxa de execução da PARU é reduzida, e o senhor Deputado Bruno Julião tinha por obrigação conhecer a razão, porque o Município decidiu, ao contrário de outros Municípios, direcionar cerca de 90% do apoio financeiro neste âmbito para uma obra que é absolutamente estrutural no Concelho que é a Requalificação e Ampliação do Palacete Visconde de Valdemouro. Como a obra não se iniciou não teve execução financeira, espera-se que venha a ter, mas não estará em perigo este valor financeiro uma vez que já está assegurada a verba do ano. Iniciando em dois mil e vinte e um haverá oportunidade de executar todo este valor e até de estar em condições de ter algum *overbooking*. Quanto à ampliação da Escola Básica da Quintã tudo o que está previsto para este estabelecimento de ensino foi aprovado na Carta Educativa, está lá tudo muito especificado. Este projeto da EB de Quintã inclui a ampliação com mais duas salas, para o Jardim de Infância que será redirecionado para este estabelecimento. Em relação ao Orçamento Participativo, neste momento, estão concluídos dois, em Fonte de Angeão e Calvão, e faltam executar dois, um que tem dificuldades técnicas, o de Ponte de Vagos, e enquanto não forem ultrapassadas pelo promotor não se pode avançar com a intervenção, e o de Santo André que será realizado a seguir à obra que está a ser feita. Relativamente à questão das inundações junto a EN 109 a Câmara Municipal contactou a ASCENDI e o IP e apesar das dificuldades na resposta foi avançando com algumas das intervenções. Ainda esta semana houve uma noite que choveu bastante, houve um índice de pluviosidade bastante grande, e o senhor Presidente teve o cuidado de encaminhar os serviços para verificar se a intervenção já teve um impacto positivo e a verdade é que teve uma vez que as casas que habitualmente ficam alagadas não o foram. O trabalho ainda não está concluído. Ir-se-á continuar, mas para já o principal assunto está resolvido. Quanto à questão da fibra em Calvão a NOS pediu muito recentemente à Câmara Municipal autorização, que foi concedida, para a passagem de 186 km de cabo de fibra ótica que abrange diversas Freguesias, inclusive a

Freguesia de Calvão. A Câmara Municipal está a trabalhar com a ALTICE no sentido de assinar um processo de colaboração conjunta que terá como primeira fase a fibra ótica em todos os estabelecimentos escolares, para muito breve, e que depois abrirá portas para o prolongamento da fibra ótica nas mais diversas Freguesias. Em relação à estrada Ouca-São Romão carece, realmente, de uma intervenção profunda que ainda não está prevista. O que está previsto foi falado com o senhor Presidente da Junta de Freguesia, mas neste momento o senhor Presidente não consegue responder porque não tem presente o projeto para clarificar o que é que está previsto em termos de águas pluviais e passeios. Relativamente à turma do 8ºG, a informação que o senhor Presidente tem é que houve uma tentativa de marcação de uma reunião, mas, entretanto, a Coordenadora da escola não está ao serviço, voltará em Janeiro, e foi feito o agendamento para essa altura. Obviamente, que o senhor Presidente irá pedir para ser verificada a situação aqui relatada pelo senhor Deputado Tony Almeida, sobre a alegada falta de condições das salas. A verdade é que dos casos que têm surgido dos estabelecimentos escolares do Concelho de Vagos nenhum deles passou a surto o que quer dizer que a intervenção da Direção do Agrupamento de Escolas, e de todos os colaboradores, tem sido pronta e não tem havido problemas de maior nas escolas. Relativamente à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia por dificuldades do Município, este ano houve necessidades de tesouraria que se sobrepuseram a esta questão, infelizmente. A situação da COVID levou a despesas que não estavam previstas, porque houve necessidade de adquirir EPI's e outros materiais o que obrigou a um esforço de tesouraria muito grande. Não foi possível durante o ano de dois mil e vinte efetuar nenhum pagamento às Juntas de Freguesia, no entanto o senhor Presidente conta fazer algum ainda este ano que não será muito significativo, mas por isso é que se vai aprovar o empréstimo de curto prazo com um valor reforçado de duzentos mil euros que é precisamente para começar a pôr em dia a situação com as Juntas de Freguesia. Quanto aos semáforos na Gafanha da Boa Hora não tem nada a ver com a chuva e sim com um ato de vandalismo e, entretanto, já foram reparados esta semana e estão a funcionar, sempre estiveram a funcionar. Por vezes avaria, quando falta a luz o que é normal e depois são repostos a funcionar. A questão do multibanco não é uma competência da Câmara Municipal. A Câmara Municipal estabeleceu uma pareceria com a Caixa de Crédito Agrícola para ser instalada uma máquina multibanco na praia da Vagueira e qualquer avaria que houver com este equipamento deverá ser reportada àquela entidade bancária. Relativamente à situação dos assaltos o senhor Presidente já deu nota à GNR da preocupação do senhor Presidente da Junta de Freguesia e a GNR está atenta, embora se queixe de poucos efetivos e de pouco investimento, mas essa é a realidade que existe. Em relação ao matagal existente junto à estrada Boco-Quintã o senhor Presidente não sabe a que é que o senhor Basílio de Oliveira se refere e não concorda, assim como com a situação referida no Largo Paroquial de Santo André. Com certeza o senhor Basílio terá passado nesses locais há já algum tempo e não recentemente. Em relação à questão que levantou sobre a Drª Catarina Martins o senhor Presidente não tem o número de contacto dela, mas se lho fizerem chegar ele poderá tentar ligar-lhe, embora o proprietário da casa que o senhor Basílio referiu já foi notificado para fazer a limpeza do espaço. A Câmara Municipal e a Proteção

Civil estão a fazer o seu trabalho. Em relação à questão do senhor Abílio Neto ela é de hoje e, portanto, não houve tempo de ser tratada. De facto, chegou hoje um email da Bibliotecária, senhora Lurdes Carvalhais, para a senhora Vereadora no sentido de se estudar essa situação e caso se justifique com certeza que a Câmara Municipal aceitará a doação. O Espaço do Cidadão em Fonte de Angeão foi uma boa iniciativa que está a ter algum sucesso. O Espaço de Apoio ao Emigrante funciona às quintas-feiras e é só mais um prolongamento que tem sido feito com os emigrantes. Os investimentos com o Parque Empresarial de Soza continuam, e ainda bem que assim é, e irá começar no primeiro semestre do ano de dois mil e vinte e um de acordo com os investidores. A questão dos vouchers é de facto um sucesso. A questão do comunicado do Partido Socialista foi bastante precoce, porque afinal foi o Governo do Partido Socialista que não assegurou que as vacinas fossem distribuídas no âmbito do protocolo. -----

----- O senhor Presidente da Mesa informou de que tem um pedido da senhora Deputada Patrícia Ferreira para intervir alegando defesa da honra. O senhor Presidente entende que está a ser banalizado o verdadeiro sentido da defesa da honra e, por isso, lembrou os membros desta Assembleia Municipal o que diz o artigo 36º, nº1: *“sempre que um membro da Assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra e consideração tem a faculdade para se defender e usar da palavra no final do debate em curso por tempo não superior a três minutos. Esta pode acontecer imediatamente se o Presidente da Assembleia assim o entender e a situação o justifique; nº2 – o autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos.”* Posto isso, o senhor Presidente considera que se está a banalizar esta figura do regimento e ele não vai permitir, porque a defesa da honra não pode ser um expediente para os grupos municipais e os seus membros terem mais tempo para intervir. Em relação ao senhor Deputado Óscar Gaspar que havia pedido para responder à Senhora Deputada Andreia Marques, o senhor Presidente cometeu um erro, tendo em conta a leitura do nº2, do artigo 36º, que foi não lhe ter dado a palavra, porque tem realmente direito a dar explicações e, por isso, refere que se ainda quiser intervir o poderá fazer agora. O senhor Presidente esclareceu, ainda, que vai ser muito mais rigoroso nesta questão, porque estes pedidos de defesa da honra têm que ser muito mais apertado e a Mesa vai estar mais atenta a este direito dos membros desta Assembleia Municipal. Não se pode é com isso condicionar a discussão e o desenrolar dos trabalhos. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu, com toda a franqueza, que considera que o senhor Presidente da Assembleia Municipal tem conseguido gerir muito bem os trabalhos das Assembleias Municipais ao longo do mandato, mas teve aqui uns minutos que não esteve à altura daquilo a que era seu hábito. O senhor Deputado, mesmo antes da senhora Deputada Andreia começar a falar, enviou uma mensagem do conhecimento de todos a chamar à atenção que uma defesa da honra tem sempre direito a réplica, sempre. O senhor Presidente não concedeu esse direito a réplica, alguém argumentou que não estava no regimento. O senhor Deputado pediu uma suspensão dos trabalhos para ver os estatutos e o senhor Presidente entendeu não fazer essa suspensão, seguiu a orientação de *“não sei quem”* e é óbvio que no nº2 do

artigo 36º está prevista a réplica. O senhor Deputado Óscar Gaspar está na Assembleia Municipal há mais de trinta anos e nunca se lembra de ter havido uma defesa da honra sem réplica e o senhor Presidente da Assembleia está na política há muitos anos e com toda a certeza nunca presenciou uma defesa da honra sem réplica, fosse em que caso fosse. O que o senhor Deputado queria dizer é que obviamente não quis beliscar a honra da senhora Deputada Andreia Marques, não é isso que está em causa, nem nunca esteve. O que está em causa é a Assembleia Municipal de vinte e cinco de setembro onde o senhor Deputado referiu que o Hospital de Aveiro passaria a ter cuidados intensivos a partir de um de outubro (página trinta e quatro da ata) e leu o excerto da ata respeitante ao assunto: *“A senhora Deputada Andreia Marques voltou a usar da palavra e referiu que quem informou o senhor Deputado Óscar Gaspar informou-o erradamente. O Hospital de Aveiro sempre teve doentes COVID, e não é só um, é mais que um, tem camas de internamento e áreas COVID na urgência: COVID A, COVID B e COVID C. Para além disto precisa de cuidados intensivos e estes, sim, não estão a funcionar, o serviço foi desmantelado para obras e não vai abrir dia um de outubro porque há falta de tubagens de vácuo com pressão negativa no Hospital.”* Foi tendo em conta esta questão específica do dia um que o senhor Deputado remeteu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal um e-mail no dia dois para perguntar se havia, ou não, novidades. Aquilo que hoje veio aqui dizer é que tal como havia dito, e ao contrário daquilo que a senhora Deputada afirmou, no dia um de outubro abriu os Cuidados Intensivos para COVID e repetiu o que disse há pouco, ou seja, neste momento, há dez camas para Cuidados Intensivos para doentes COVID e felizmente o Hospital vai abrir uma nova zona de urgência autónoma para atendimento suspeitos de COVID. O senhor Deputado referiu que os senhores andam sempre muito bem quando representam a Assembleia Municipal, mas tendem a errar quando entram na “politiquice”. -----

----- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra e referiu que foram dadas as explicações e desfeitas as dúvidas e que repudia a afirmação proferida pelo senhor Deputado Óscar Gaspar quando diz que *“o senhor Presidente da Assembleia a mando não sei de quem”* seguiu outro tipo de orientação. Todos têm momentos que podem não fazer aquilo que é o melhor e errar, mas o correto é assumir esses erros. O senhor Presidente teve o cuidado de antes dizer que a interpretação que a Mesa fez, e o próprio fez, não havia sido a mais correta. Agora, daí a *“ser mandado por alguém”* como o Senhor Deputado Óscar Gaspar referiu é uma desconsideração e não deve entrar por aí e releva-a por entender que se trata de um jogo político. Este tipo de situações e afirmações deverão ser evitadas, porque não dignificam em nada este órgão nem quem acompanha esta sessão. -----

----- A senhora Deputada Patrícia Ferreira voltou a usar da palavra e referiu que o assunto que referiu não foi inventado por si, está publicado no jornal O PONTO, na edição de nove de dezembro, e, por isso citou a parte que considera essencial: *“Nunca expus em Vagos, não tenho vontade de o fazer. Já lá fui falar com a Vereadora da Cultura, para expor na Biblioteca, mas sai com uma sensação muito esquisita. Sabe, aqui não vale a pena, ninguém compra ninguém vem ver. Não senti qualquer abertura. Fiquei com a sensação que era um caso perdido, porque tinha de*

*pagar portagens e levar quadros para ninguém ir ver. A senhora Deputada considera que apesar destas palavras serem um pouco chatas de ler pode fazer-se mais em relação aos artistas Vaguenses. -----*

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra para deixar uma nota em relação à referência do senhor Presidente e do senhor Deputado Juan Martins sobre o comunicado do Partido Socialista. Foi feito um acordo entre o Ministério da Saúde e as Associações de Farmácias com o objetivo de aliviar a pressão nos Centros de Saúde. Vagos tardou a aderir, pelos vistos não se entendia se queria aderir e quando é que queria aderir numa altura em que mais de cento e cinquenta Municípios já o tinha feito, o que precisa de fazer é adotar medidas diferenciadoras para apoiar idosos mais vulneráveis com a COVID. As pessoas não precisam de celebrar o mês Sênior e ver vídeos no facebook, precisam é de medidas concretas que tornem a sua vida melhor e mais protegida e foi nesse sentido que o Partido Socialista quis intervir. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos usou da palavra e pediu uma justificação mais objetiva e com algum desenvolvimento por parte do senhor Presidente em relação à questão dos vouchers: qual o valor investido, quantas empresas aderiram, qual a participação da população de Vagos. Quanto ao comunicado do Partido Socialista o senhor Deputado Bruno Julião já fez uma intervenção e o senhor Juan Carlos não sabia que era isso que pretendiam com o que foi escrito. Aquilo que leu em relação ao comunicado do Partido Socialista é que Vagos não tinha aderido à campanha de vacinação em farmácias. Aquilo que se vê todos os dias na Comunicação Social é que não há vacinas nem nas farmácias nem nos Centros de Saúde. Há aqui uma informação que o senhor Deputado Bruno Julião dá que não corresponde àquilo que passa todos os dias na Comunicação Social. Se a Câmara se atrasou, ou não, é o que o senhor Deputado Juan Carlos quer ouvir da boca do senhor Presidente da Câmara. Não vale a pena estar-se a camuflar a verdadeira questão que é não haver vacinas. O Partido Socialista anunciou com poupa e circunstância o reforço do número de vacinas e afinal elas não chegaram para todos. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra para dizer que enquanto membros desta Assembleia cumpre-nos dignifica-la e não fugir à verdade. Efetivamente o Centro Hospitalar tem dez camas COVID, mas não se pode esquecer que os doentes não COVID foram descorados e as cirurgias programadas estão canceladas à custa da falta de planeamento deste Conselho de Administração. Em relação às vacinas a questão prende-se não só com quem as podia ou não administrar no Centro de Saúde ou nas farmácias, mas sim com a aquisição destas. Não se pode dar aquilo que não existe no mercado e as vacinas não existem porque a tutela não acautelou a sua compra. O que mais entristece, ainda, a senhora Deputada é a Ministra da Saúde vir para a Comunicação Social dizer que as vacinas não estão disponíveis porque este ano os profissionais de saúde inscreveram-se em maior número para tomar esta vacina. Esta afirmação é no mínimo descabida. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que desconhece a artista que a senhora Deputada Patrícia Ferreira falou, desconhece esse artigo e desconhece que ela tenha falado com a senhora Vereadora da Cultura atual, mas relembra que as últimas quatro ou cinco

Vereações da Cultura foram desempenhas por senhoras, portanto isso pode ter sido numa qualquer altura e não especificamente neste mandato. Ainda assim, a decisão de expor ou não expor é com a senhora artista. A senhora Deputada colocou uma questão muito objetiva: “*que tipo de apoios é que a Câmara dá aos artistas Vaguenses?*” O senhor Presidente limitou-se a responder, como é evidente, e não sabe em que é que isso poderá ter ofendido a honra da senhora Deputada, mas se o fez pede desculpas. A Câmara Municipal de Vagos desconhece essa artista e todos os que conhece apoia, na medida do possível, como sempre tem feito, e nas mais diversas áreas. E isso é do conhecimento público. Em relação ao comunicado do Partido Socialista o que este afirma é que Vagos não aderiu ao acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Farmácias e que já havia cento e cinquenta Municípios que tinham aderido a esse programa. O senhor Presidente julga que não foram tantas e na altura que o Partido Socialista fez o comunicado haviam aderido trinta e sete, pelo menos era essa a informação que tinha. O comunicado o que dizia era que o Município de Vagos não tinha aderido ao protocolo e isso não corresponde à verdade. O Município de Vagos tinha de ponderar bem, porque aquilo que pareceu totalmente errado neste anúncio do protocolo foi o Governo e a Associação Nacional de Farmácias partirem do princípio que as Autarquias iam pagar aquilo que era uma competência do Serviço Nacional de Saúde. No caso de Vagos a vacinação estava a funcionar, de acordo com os relatos que iam chegando, com alguma normalidade, e a Câmara Municipal não viu necessidade de estar a aderir inicialmente a este protocolo. Entretanto, a Câmara Municipal avaliou e comunicou, passado uma semana, à Associação Nacional de Farmácias a sua intenção de aderir e qual não foi a surpresa quando imediatamente informaram que já não havia vacinas. A verdade sobre este assunto é o desconforto enorme em todas as farmácias, e na própria Associação Nacional de Farmácias, que foram, de uma certa forma, usados pelo Governo porque não tinham vacinas para vender quanto mais para oferecer. Ainda hoje não existe um relatório no País sobre o Plano de Vacinação Contra a Gripe Sazonal e não se sabe o que é que foi feito aos dois milhões de doses de vacinas que estavam, supostamente, à disposição dos cidadãos. O senhor Presidente nunca conseguiu compreender a precocidade deste comunicado, porque não correspondia àquilo que era a realidade e não estava em linha com aquilo que tem sido a atuação da Câmara Municipal de Vagos, que tem estado sempre na linha da frente no apoio às instituições do Concelho, logo, não se percebeu muito bem aquele comunicado naquela altura. Quanto aos vouchers, o apoio ao comércio local através da campanha de vouchers, neste momento são mais de cem os estabelecimentos que já aderiram. O sorteio realizou-se hoje e foram cerca de cinco mil duzentos e cinquenta cupões entregues para o sorteio, o que quer dizer que em dezoito dias aumentou muito, o que confirma o absoluto sucesso desta iniciativa. No último mês tinham sido dois mil setecentos e cinquenta e no primeiro cerca de trezentos, o que quer dizer que os comércios estão a aderir, as pessoas estão a aderir e esta campanha de facto tem um impacto real nos comerciantes Vaguenses. Aliás, muito maior impacto do que as medidas que este Governo tem tentado implementar e cujo sucesso tem sido bastante discutido quer pelos comerciantes/empresários como até pelas próprias Associações empresariais de diversos setores. Tudo o que não for apoio

direto aos estabelecimentos não tem sucesso. O protocolo que a Câmara Municipal assinou com o Núcleo Empresarial de Vagos canaliza cerca de cem mil euros para diversas medidas de apoio aos estabelecimentos comerciais vaguenses. É no âmbito desse apoio financeiro que esta campanha dos vouchers está a ser promovida. Aquilo que está no centro das preocupações da Câmara Municipal são os cidadãos, os Vaguenses que têm nesta campanha específica uma forma de aumentar as suas vendas e, de certa forma, mitigar os efeitos da COVID. Em relação à questão dos investimentos que foram anunciados, a Câmara Municipal tem estado a trabalhar muito, e com muito foco, na ampliação do Parque Empresarial de Soza bem como nos Parques Empresariais a Sul do Concelho. No caso concreto do Parque Empresarial de Soza foi anunciado um investimento de cerca de vinte milhões de euros que criará cento e cinquenta postos de trabalho na área de produtos da dermatologia e um setor farmacêutico muito específico. É um excelente investimento para o Município de Vagos que será bem acolhido como têm sido os outros. Neste momento, está em fase de conclusão a UNIBIKE e a Câmara Municipal a todos esses investimentos têm respondido sempre positivamente, como todos os que são feitos na Zona Industrial de Vagos ou no Parque empresarial da Ponte de Vagos, porque entende que esses investimentos são fundamentais para a criação de riqueza que levará a melhorias significativas na qualidade de vida de todos os Vaguenses. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou, conforme previsto no regimento, no seu artigo 22º, os votos de pesar são votados no final deste ponto. O voto de pesar pelo falecimento do senhor João Pedrogão é só para constar em ata, como referiu o senhor Deputado Basílio de Oliveira. O voto de pesar pelo falecimento do senhor Costa Pereira é para ser votado. Colocado à votação foi aprovado, **por unanimidade e aclamação**, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Costa Pereira. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----**PONTO UM: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que foram atribuídos endereços de correio eletrónico institucionais aos membros da Assembleia Municipal e a convocatória e respetiva documentação continua a ser enviada para os pessoais. Em relação ao documento o senhor Deputado partilhou com os restantes membros uma apresentação que preparou onde fez uma compilação da diversa informação recebida com um índice onde se pode procurar diretamente aquilo que se pretende. Em relação à execução orçamental não é novidade nenhuma, 58,9% de execução da receita e 59% da despesa, o que quer dizer que pouco mais de metade está feita

daquilo que foi prometido. No que respeita à parte financeira bem aqui informação sobre o embate financeiro provocado pela pandemia, onde a Câmara Municipal alega que vai em duzentos e oitenta mil euros. O senhor Deputado lembrou que houve festas em anos anteriores que foram mais caras do que propriamente os gastos com a pandemia, nomeadamente o programa de animação da Praia da Vagueira. Portanto, isto prova que o investimento da Câmara Municipal é importante, mas na opinião do grupo municipal do CDS-PP revela-se insuficiente. Quanto ao pagamento aos fornecedores e empreiteiros o que se nota aqui é que neste momento há um milhão e quase setecentos mil euros de dívida a empreiteiros, um milhão e sessenta mil euros de dívidas a fornecedores e o total da dívida é de treze milhões e quatrocentos mil euros. De junho a dezembro a dívida a fornecedores aumentou, praticamente, quatrocentos mil euros, assim como a instituições. Para uma Câmara que apregoa que está a ajudar o comércio local tem de começar a pagar mais rápido aos seus fornecedores e aos seus empreiteiros, porque não basta comprar é preciso pagar. Se as empresas do Concelho estão asfixiadas, porque não conseguem vender, porque não conseguem ter liquidez era importante que a Câmara Municipal desse um contributo importante e que se dissesse presente nesta altura e que pagasse mais atempadamente aos seus fornecedores. A Câmara Municipal tem também apregoadado nos últimos tempos que a dívida está a descer o que se pode verificar é que até dois mil e dezassete a dívida desceu, basicamente, mas a partir daí a dívida tem vindo a subir. Em relação às Juntas de Freguesia, uma vez que este ano ainda não receberam nenhuma transferência de verbas, a única coisa que podem ir fazendo é limpar caminhos, limpar umas bermas e pouco mais, porque efetivamente estão “estranguladas” e o senhor Deputado “tira o chapéu” aos senhores Presidente de Junta e poucos são aqueles que se queixam. Não se consegue perceber como é que os Presidentes de Juntam conseguem trabalhar, mesmo não recebendo um único tostão num ano inteiro. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por agradecer ao senhor Presidente da Câmara e ao grupo municipal do PSD a excelente divulgação que estão a fazer do comunicado do Partido Socialista, uma vez que gastaram mais tempo a falar deste texto do que o PS tinha para apresentar os seus pontos e isto demonstra o relevo que dão ao trabalho que o PS faz enquanto oposição à Câmara Municipal. Em relação à informação a primeira pergunta que faz prende-se com o Palacete Visconde de Valdemouro, ou seja, não aparece no documento nenhuma referência a esse assunto e pergunta se não há nenhum ponto de situação dos últimos meses. Por outro lado, fica bastante surpreendido quando repara que desde Setembro para cá o apoio da Câmara em sede de impacto COVID foi de trinta mil euros. Este é um valor muito baixo e a pergunta é porque é que a Câmara não fez mais nestes meses. No documento há ainda referência à abertura de procedimento para o Centro Municipal de Recolha e Encaminhamento de Animais. Como se sabe o Partido Socialista tem defendido sempre este como um dos temas importantes que é e pede ao senhor Presidente que dê mais alguma informação sobre este assunto. Por fim, deixou uma nota sobre a questão do mês Sénior, isto é, a Câmara Municipal chama à atenção que uma das atividades foi a transmissão em *streaming* da Eucaristia realizada na Igreja de Santo António. Tendo em conta ao que se tem assistido durante mais de um ano e meio com as dúvidas



do PSD em transmissões *on-line*, com especial preocupação com a proteção de dados, o senhor Deputado pergunta se a Câmara Municipal acautelou os procedimentos em relação à RGPD e se todas as pessoas que participaram naquela Missa foram informadas da transmissão e permitiram a utilização da imagem. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que na reunião de Câmara de vinte e três de julho foi viabilizada a abertura de concurso para a Requalificação da Ponte da Fareja e o prazo de apresentação de propostas era de dezoito dias e o prazo de execução era de cento e vinte dias. Parece que o concurso público da empreitada ainda não foi lançado e seria útil saber a que é que se deve esse atraso. O senhor Deputado reparou também que a Autarquia antecipava que em dois mil e dezoito a intervenção custaria cerca de cento e oitenta e oito mil euros, aquando da apresentação da proposta ao Grupo de Ação Local já custava cento e oitenta e sete mil e nesta informação já custa cento e noventa e oito mil. A pergunta é a que se deve essa disparidade. Relativamente às estradas do Concelho, e aos buracos que elas apresentam, e reportando-se à informação jurídica, o senhor Deputado perguntou quantas ações judiciais é que resultam de acidentes de viação provocados pelo mau estado de conservação das vias. Em relação ao programa comércio+ o senhor Deputado manifestou o seu agrado pelo facto da Câmara Municipal ter copiado bem um tipo de programa de várias Juntas de Freguesias e Câmara Municipais do País, porque é sem dúvida um bom programa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Relativamente à questão da execução não é a que se queria, como é evidente. Contudo, é necessário ter aqui em conta diversos fatores que contribuem para esta taxa de execução, nomeadamente o facto do orçamento previsto para dois mil e vinte, aprovado em sede de Assembleia Municipal, há um ano atrás ser de 24,2 milhões de euros e neste momento tem-se um orçamento de 26,9 milhões de euros, ou seja, quase três milhões acima daquilo que aqui foi aprovado. E isto porquê? Porque houve aqui duas questões, nomeadamente a do empréstimo da estrada Rines-Sanchequias e a do empréstimo para pagar o antigo empréstimo do PAEL que obrigou a Câmara Municipal a aumentar o valor bruto do orçamento e que por sua vez faz diminuir a taxa de execução. Ao dia de hoje já se está com uma taxa de execução superior e depois de feita a operação de limpeza, que é normal fazer nesta altura do ano, das obras que não foram iniciadas, por uma ou outra razão, a taxa de execução aumentará ainda mais para valores na casa dos 80%. Em relação aos gastos com as festas, e ao facto de em algumas delas se terem gasto mais do que com a COVID, o senhor Presidente chama à atenção de que isso não corresponde à verdade, nunca foi gasto no programa de animação da praia da Vagueira um valor como este, em ano nenhum. Já agora, o senhor Presidente pergunta se o CDS-PP concorda, ou não, com um programa de animação na Praia da Vagueira, porque se o critica é porque não concorda com ele. Por este tipo de intervenção leva a crer que o grupo municipal do CDS-PP não está de acordo que se faça algo na Praia da Vagueira. Quanto à questão da dívida, a dívida aumentou, mas é algo que já se sabia. Quando se iniciou a obra da estrada Rines-Sanchequias e quando se iniciou o processo de pedido de empréstimos, que foram os únicos pedidos de empréstimos que esta

Autarquia fez, além dos de curto prazo que são pagos no mesmo ano, o senhor Presidente alertou logo a Assembleia Municipal que isto ia acontecer. Portanto, fica mal ao senhor Deputado Jorge Pereira usar agora este meio, que foi aprovado pelo PSD, da transmissão *on-line* das Assembleias, porque na altura o senhor Presidente fez questão de alertar para esta situação, ou seja, que a dívida ia aumentar. Não se conseguem fazer obras sem financiamento e esta requereu um financiamento, portanto, obviamente, a dívida aumentou. Mas desde de dois mil e dez, quando a dívida da Câmara era de cerca de vinte milhões de euros, até aos treze milhões e tal que está, hoje, na informação, desceu bastante. No que respeita às verbas das Juntas de Freguesia o senhor Presidente já afirmou, por diversas vezes, que não é algo que seja do agrado da Câmara Municipal, mas esta pressão de tesouraria causada pela COVID causou este problema que irá, ainda durante este ano e no início do próximo, ser resolvido. Ainda em relação ao comunicado do Partido Socialista não se trata de dar atenção, o que o PS não gosta é quando comete erros políticos depois seja chamado à atenção, por esses mesmos erros, e foi isso que o senhor Presidente procurou fazer. Quanto à questão do Centro de Encaminhamento de Animais está quase concluída, é uma obra essencial para a Câmara Municipal para poder recolher alguns animais quer para adoção quer para outras instituições que estão a trabalhar com a Autarquia e futuramente também para o Centro de Recolha da Região de Aveiro. Relativamente ao valor gasto com o COVID desde Setembro até agora, trinta mil euros, a verdade é que se o senhor Presidente continuasse à espera da mensagem do senhor Secretário de Estado que transmitiu no dia um de abril que o Governo estaria disponível para financiar todas as despesas que houvesse com a COVID nada tinha sido feito, nada se tinha comprado, porque até hoje o Governo nada deu às Autarquias Locais. Desde o dia um de abril que se continua à espera de novidades por parte do Governo relativamente aos apoios às Autarquias que não existiu até ao momento. Quanto à Eucaristia tudo foi tratado devidamente, o senhor Presidente não sabe se todas as pessoas deram autorização, mas o grupo municipal do PS está sempre a “bater na tecla” das transmissões da Assembleia Municipal por via *on-line* e lembrou que isto só acontece porque o grupo municipal do PSD, que tem a maioria qualificada nesta Assembleia Municipal, aprovou esta medida que permite que estas sessões cheguem a casa dos Vaguenses. Em relação à obra da Ponte de Fareja o procedimento de concurso foi aberto na última reunião de Câmara. O senhor Presidente não tem presente se a vinte e três de julho havia sido aberto um procedimento, para este efeito, mas se foi terá ficado deserto. Na última reunião de Câmara foi aprovado o novo procedimento. Em relação ao mau estado das vias do Concelho, e aos buracos nas estradas, a Câmara Municipal investiu neste último ano cerca de três milhões de euros numa via muito importante para o sul do Concelho, a estrada Rines-Sanchequias, que obteve votos contra da oposição aquando da contratação do empréstimo para a execução dessa obra. As ações judiciais, tanto quanto o senhor Presidente sabe, neste momento, existe uma numa obra, cuja a Câmara é o dono de obra, mas o empreiteiro também tem a sua responsabilidade. Quanto aos pedidos de indemnização que são presentes a reunião de Câmara não têm havido nenhuma situação relevante. Em relação ao programa Vagos+comércio o senhor Presidente bem sabe que têm sempre de colocar em causa as medidas

da Câmara Municipal, mas para o senhor Presidente é completamente irrelevante se é cópia se não é cópia. A verdade é que a Autarquia está a fazer, e vários outros Municípios já pediram à Câmara informações de como é que está a fazer, com que os comerciantes Vaguenses e os municípios estejam satisfeitos com esta medida implementada. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 05 de novembro de 2020. -----

**-----PONTO DOIS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO NO ANO 2021; -----**

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que de facto a Câmara Municipal precisa mesmo de uma injeção de capital e o grupo municipal do CDS-PP irá votar a favor o ponto. E encaixando aqui a questão da liquidez com o que foi dito pelo senhor Presidente, de que o atraso dos pagamentos não tem só a ver com a COVID. No anuário da DGAL está bem exemplificado o que se passa no Município de Vagos. No mandato de dois mil e catorze a dois mil e dezassete, em dois mil e catorze a Câmara tinha um prazo médio de cinquenta e um dias a pagar aos fornecedores e empreiteiros, em dois mil e quinze passou para sessenta e sete dias, em dois mil e dezasseis houve um esforço para acelerar os processos, mas depois de dois mil e dezassete até dois mil e dezanove os prazos têm sido cada vez piores. A Câmara Municipal cada vez demora mais a pagar aos fornecedores e empreiteiros, os prazos têm vindo a aumentar e, efetivamente, em tempos de COVID o senhor Presidente até tem razão, mas no momento em que as empresas mais precisam a Câmara Municipal aumenta os prazos de pagamento deixando as empresas ainda com mais dificuldades financeiras. O que se espera é que este empréstimo vá parar a quem dele precisa. O que se espera é que estes seiscentos mil euros de empréstimo seja realmente para pagar a fornecedores, empreiteiros e às Juntas de Freguesia. Entretanto, o senhor Deputado aproveitou para responder a uma questão levantada há pouco pelo senhor Presidente, e que tem a ver com as festas na praia da Vagueira. O grupo municipal não tem nada contra o programa de festas da Praia da Vagueira, o que pode ter dito é que não concordava com o conteúdo, mas com a forma nunca discordou. Tudo o que for para promover o Concelho de Vagos pode sempre contar com o apoio do CDS-PP. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que com a contratação deste empréstimo, e para os fins que o senhor Presidente indicou, gostava de ver esclarecidas duas questões. A primeira tem a ver com as Juntas de Freguesia, nomeadamente com a Junta de Freguesia de Calvão sobre o qual saiu uma notícia no Jornal O Ponto. No artigo deste jornal o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão dá a entender que a falta de uma assinatura fez com que esta entidade não recebesse as transferências de competências desde dois mil e dezoito. O senhor Deputado solicita ao senhor Presidente da Câmara que esclareça esta Assembleia sobre a veracidade destas notícias. Por outro lado, aproveitando a intervenção do

senhor Deputado Jorge Pereira, perguntou se quando é feito um concurso, para que as empresas se candidatem a fornecer ou a prestar serviços ou a realizar obras para a Câmara Municipal, já vai estabelecido, ou não, o prazo médio de pagamento. Quer com isto saber se as empresas sabem, ou não, de antemão qual vai ser o prazo de pagamento e se a Câmara Municipal tem de cumprir ou não os prazos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Relativamente aos prazos de pagamento o CCP - Código de Contratação Pública - estabelece um prazo de pagamento de sessenta dias. No fundo aquilo que o senhor Deputado Jorge Pereira aqui apresentou revela que o Município está trinta dias para além do prazo que é estabelecido contratualmente com os fornecedores que assinam contratos com o Município de Vagos. Ainda assim, não é algo que deixe a Câmara Municipal satisfeita. A Câmara Municipal não está nada satisfeita com o facto de ter pagamentos em atraso às Juntas de Freguesia, mas a verdade é que o dinheiro não estica, não há nenhuma árvore onde ele nasça, o que se procura é ter algum critério na gestão de tesouraria sendo que há uma coisa que é essencial, que é cumprir as regras. A Câmara Municipal tem regras muito específicas para cumprir relativamente à questão dos pagamentos em atraso, e esse é o principal objetivo. De facto, nesta fase, a Câmara Municipal deixou os pagamentos às Juntas de Freguesia para trás, porque quis canalizar algum esforço de tesouraria para pagamento às IPSS's. Há muito tempo que os pagamentos com as IPSS's não estavam tão em dia como estão neste momento. Para além disso, a Câmara Municipal tem de canalizar algumas verbas, que são reforços, e que provavelmente não estão contabilizados nestes valores relativos à COVID. Por exemplo, a Câmara Municipal aumentou de vinte para quarenta as auxiliares que vão prestar apoio nas escolas do Concelho. Para além do rácio a que o Município tem direito, e pelo qual recebe financiamento do Ministério da Educação, no ano anterior tinha mais vinte e este ano tem mais trinta e oito que significa um acréscimo mensal muito grande e um esforço financeiro muito elevado para responder às necessidades. Esta situação, obviamente, vai ter impacto porque estes pagamentos têm de estar em dia uma vez que as IPSS's estão a suportar pagamentos de vencimentos e a Câmara Municipal não pode descorar esse fator. De todas as formas se não fosse essa a questão não se estava aqui a falar do aumento de quatrocentos para seiscentos mil euros no empréstimo de curto prazo. A Câmara Municipal tem a noção clara que tem os pagamentos em atraso com as Juntas de Freguesia, e por existir nesta questão de parceria constante com elas, faz com que a preocupação seja grande e por isso mesmo é que se está a pedir este reforço à Assembleia Municipal. Quanto à questão da Praia da Vagueira o senhor Presidente não afirmou, perguntou, e se o problema é o modelo pode discutir-se esse assunto, mas criar um facto político à volta do programa de animação da Praia da Vagueira não faz sentido, uma vez que todos estão de acordo que ela é precisa. Para que isto aconteça é preciso investir, na promoção turística do Município de Vagos cujo a Vagueira é o cartaz de visita deste Concelho, para atrair pessoas. É esse o trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a fazer, e nunca atingiu os valores que o senhor Deputado Jorge Pereira aqui referiu, mas é um investimento para continuar a ser feito. Quanto à entrevista do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão o

senhor Presidente da Câmara não a considera muito feliz, porque dá a entender que foi um aspeto menor que provocou este atraso na transferência das verbas e isso não corresponde à verdade. O senhor Presidente tem um “dossier” que fará chegar ao senhor Vereador João Domingues onde são referidas as várias questões mal resolvidas por parte da Junta de Freguesia de Calvão e que necessitavam de ser formalmente bem resolvidas para a Câmara Municipal poder proceder ao passo seguinte. Só no dia vinte e seis de novembro deste ano é que foram enviados pela Junta de Freguesia os relatórios finais que estão neste momento em análise, ou seja, só depois deste dia é que a Junta de Freguesia de Calvão entregou os últimos documentos que pode pôr a Junta, caso os documentos estejam bem, numa situação de reclamação de pagamento perante a Câmara Municipal. O senhor Presidente nunca quis fugir à responsabilidade, e podia tê-lo feito, e dizer que a Junta de Freguesia de Calvão só recebia a partir do momento em que assinava o acordo de transferência de competências, mas nunca foi isso que pretendeu fazer e sempre garantiu, quer aqui quer ao Presidente da Junta, que a transferência de competências para Calvão, independentemente da data de resolução desta questões formais, iria ser considerada desde o dia um de janeiro de dois mil e dezoito tal como as outras sete Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal não está aqui a querer fugir a nada, pelo contrário, sempre esteve numa posição de colaboração com a Junta de Freguesia, quer a componente política quer a componente técnica, e, obviamente, quando estiver comprovado que a despesa foi feita nos termos da transferência de competências o pagamento será efetuado. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, usou da palavra para esclarecer a complexidade da questão. E se de facto o senhor Presidente diz a verdade quando refere que foi sempre afirmado por ele que não estava em causa o pagamento, e também é verdade que as relações formais e informais entre Junta e Câmara têm corrido bem, e tem havido colaboração, imputar única e exclusivamente a culpa aos serviços da Junta de Freguesia este atraso, desta delegação de competências desta transferência, não parece correto. Não parece correto, porque aquilo que é dito, e se subentende da entrevista que deu ao Jornal O Ponto sobre o mandato, é que de facto foi a falta de uma assinatura que pôs em causa este processo de transferência de competências logo no seu início. No entanto, também houve uma demora muito grande dos serviços camarários em dizer o que é que estava por corrigir. A Junta de Freguesia sempre assumiu a sua responsabilidade, em sede de Assembleia de Freguesia e nas reuniões com a Câmara Municipal. Foi assumido que houve comportamentos, por inexperiência, da parte da Junta de Freguesia, mas também o que é certo é que da parte da Câmara Municipal, e isto o senhor Presidente da Junta nunca ouviu da parte dos serviços da Câmara, também houve falhas, porque houve uma morosidade na resolução/comunicação de tudo isso, quando devia estar lá exatamente para ajudar. Agora, colocar o atraso da delegação de transferência de competências para a data de vinte e seis de novembro, deve ser em relação a dois mil e dezanove, quando o senhor Presidente sabe muito bem que em relação ao ano de dois mil e dezoito já foi feita a comunicação há muito mais tempo. Entretanto, já houve reuniões que tornaram possível a resolução deste processo. A Junta de Freguesia vai manter uma postura longe de qualquer

conflito, mas quer parecer ao senhor Presidente de Junta que se extrapola um pouco. A Junta de Freguesia tem feito o seu trabalho, assumiu as suas responsabilidades, mas seria bom que os serviços da Câmara também assumissem as suas falhas. O que interessa no meio disto tudo é que se consiga resolver a situação de forma correta e célere para os dois lados. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e disse que corrobora com aquilo que o senhor Presidente da Junta referiu em relação a cordialidade do tratamento entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Entretanto, convidou o senhor Presidente da Junta a ouvir a intervenção do senhor Presidente da Câmara na reunião de Câmara, que é pública, onde ele diz exatamente isso, ou seja, não houve até ao momento nenhum conflito institucional com a Junta de Freguesia de Calvão. O senhor Presidente da Junta é que, na entrevista que dá deixa a entender que aqui havia uma burocracia excessiva por parte dos serviços da Câmara Municipal, e o senhor Presidente da Câmara, após ser confrontado com a situação, teve que se defender. Na Assembleia de Freguesia onde o assunto foi discutido, antes da ordem do dia, houve votações que não estavam transcritas na ata, houve uma série de problemas burocráticos e, depois mais tarde, depois da questão da própria transferência de competências, nos relatórios os dados não estavam corretos. Os somatórios da folha *excel* não batiam certo, as despesas que estavam presentes não eram despesas compatíveis com a transferência de competências e aquilo que o senhor Presidente da Câmara pretendeu esclarecer foi exatamente isso. A relação institucional entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta é ótima, a relação pessoal entre os dois é excelente, e de maneira nenhuma o senhor Presidente quer que essa relação saia beliscada, como é evidente, mas obviamente a questão tem de ser esclarecida e não se pode deixar subentendido que é um excesso de burocracia que coloca em causa esta questão da transferência de competências. Obviamente, que se as outras sete Juntas de Freguesia cumpriram a Junta de Freguesia de Calvão também tinha de cumprir da mesma medida e o que os serviços procuraram fazer foi sempre apoiar. A informação que o senhor Presidente tem, quer dos serviços políticos quer dos serviços técnicos, até mais que os serviços políticos, é que sempre estiveram disponíveis para a Junta de Freguesia de Calvão. O senhor Presidente nunca disse que não havia responsabilidade da Câmara Municipal e sempre tem reconhecido os erros e as coisas boas que os serviços da Câmara Municipal têm, mas não podia deixar de fazer esta defesa quer dos serviços técnicos quer da componente política, porque não é exatamente por causa de uma assinatura que o acordo de transferências não foi feito e, sim, por causa de uma série de fatores. --

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 30 de novembro de 2020. -----

-----**PONTO TRÊS: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2021;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e em relação ao documento apresentado deixou algumas considerações. O Plano Plurianual de Investimento refere que as despesas de capital irão atingir 9,8 milhões de euros, um aumento de 1,4 milhões face ao ano anterior. Na educação verifica-se uma dotação de 1,3 milhões, sendo que 85% é para a Requalificação da Escola Básica de Quintã, e, portanto, o remanescente, visto que alguns estão inscritos desde dois mil e dezoito, espera-se que venham a ser executados, sendo que em alguns os projetos não foram ainda elaborados. Em relação à habitação e serviços coletivos há uma dotação de 1,7 milhões, 65% para o ordenamento do território nomeadamente para a regeneração urbana das Freguesias que também estão inscritas em orçamento desde o ano de dois mil e dezoito. Esta regeneração de muitas das Freguesias do Concelho de Vagos, que continua por fazer, que o projeto inicie e que os seus Presidentes sejam envolvidos em todo esse processo, porque é urgente que essa regeneração urbana aconteça. Em relação à proteção do meio ambiente e conservação da natureza tem uma dotação de cento e sessenta e oito mil euros, 40% para a construção do Centro de Recolha Animal, para a construção da Casa Mortuária, o que até é curioso estar incluído nesta rubrica, e o restante, na sua grande maioria, é para aquisição de mobiliário urbano. No Plano Plurianual de Atividades Municipal verifica-se que quinhentos euros estão definidos para elaboração do plano de adaptação às alterações climáticas. O senhor Deputado gostaria de saber qual é o plano que se vai ter nos próximos anos naquela que é a estratégia do Município. Neste plano há um aumento de trezentos e cinquenta mil euros, sendo que uma grande parte deste investimento está centrado na área da educação, portanto está-se a falar de 1,3 milhões. Desse montante quinhentos e cinquenta mil euros, 42%, está alocado a um programa específico, que é descrito como um programa de apoio na área da educação e do ambiente. O senhor Deputado gostava de ver esta questão um pouco mais esclarecida. Em relação à ação social, todos sabem que os tempos que se avizinham são bastante complexos, há um aumento de quarenta e cinco mil euros, mas a sua dotação total é de cento e quatro mil. O senhor Deputado pergunta se não será pouco, se não se deve reforçar esta rubrica. Em termos de cultura o senhor Presidente refere que, de forma histórica, o montante do investimento é superior ao do desporto, e já por diversas vezes aqui foi discutido que o desporto foi sempre alvo de maior investimento do que a cultura, com uma verba alocada de cerca de quinhentos e sete mil euros, sendo que 53% da verba é para o Cultura em Rede, projeto iniciado em dois mil e dezassete com duração de três anos, mas com esta questão da pandemia o prazo de execução terá de ser ajustado. Este programa é liderado pela CIRA, da qual fazem parte os onze Municípios que a constituem. O senhor Deputado questiona se já há alguma proposta, para o plano, para o próximo ano, visto que grande parte desta verba que está alocada para a cultura é destinada a este programa. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que há semelhança do que aconteceu no último ano volta a trazer a esta Assembleia Municipal, como forma de sensibilização, uma chamada de atenção para o investimento em algumas áreas que este ano vão merecer um destaque especial. As funções sociais terão de ser, obrigatoriamente, bem reforçadas. O senhor Deputado não sabe se os valores são suficientes, ou não, mas todos irão passar alguns tempos bem conturbados e, portanto, será necessária toda a ajuda possível do Município, que nunca descurou essa ajuda e com certeza não o irá fazer agora. O senhor Deputado regista com muito agrado estes aumentos, pedindo todo o cuidado para que eles possam, se possível, até vir a aumentar. Fica inda mais agradado que a cultura não tenha sido novamente deixada de parte, não o foi durante o ano que está a terminar e não o vai ser, seguramente, no próximo ano, contrariamente àquilo que tem acontecido, um pouco a nível nacional, com as questões da pandemia, não tem sido fácil de gerir. Dentro daquilo que for possível o senhor Deputado gostaria de sensibilizar a Câmara Municipal para que pudesse gastar as energias, ou parte delas, também nestas áreas: educação, cultura e ação social. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Domingues usou da palavra para fazer uma pergunta em relação às estradas do Concelho, uma questão transversal a todo o Concelho, mas ir-se-á focar na Gafanha da Boa Hora. Pelo que percebeu do Orçamento está inscrito um valor de cerca de sete mil e quinhentos euros para beneficiação de arruamentos. Na opinião do senhor Deputado este montante é, manifestamente pouco, dado o estado em que se encontram todas as estradas na Gafanha da Boa Hora. Existem dois troços em boas condições e o resto está muito degradado. O senhor Deputado gostaria de ver justificado este valor orçamentado para esta área. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir que a documentação enviada aos membros da Assembleia nem sempre o é feito da melhor forma, ou seja, o formato enviado nem sempre é o mais indicado. Por exemplo, a informação do Presidente podia ter sido enviada em PDF, porque se percebeu que o documento, enviado em word era de outra pessoa, neste caso o senhor Pereira de Moura. No orçamento os quadros vêm num formato tão pequeno que é absolutamente ilegível. É de lamentar que a Câmara Municipal este ano não tenha feito aquilo que fez nos anos anteriores, ou seja, a promoção de uma reunião para se tratar de questões mais técnicas e esclarecer algumas dúvidas que houvesse e assim libertando a Assembleia de uma parte mais aborrecida. Os pedidos de esclarecimentos do senhor Deputado prendem-se com os estudos e pareceres, um montante de 358,6 mil euros, a seu ver muito elevado, e, por isso, pergunta se pode haver ali alguma desagregação. Na página trinta e seis, outros trabalhos especializados, um milhão e cem mil euros parece-lhe muito acima daquilo que foi em anos anteriores e é uma verba agregada que não se percebe o que é que pode lá estar dentro. Em outros serviços, com um milhão, duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos euros, não se percebe exatamente o que é. Na página cinquenta e quatro, aparece despesas relativas à prestação de apoios sociais aos munícipes afetados pelo surto de COVID19, aquisição de bens e serviços relativos à proteção de saúde pública bem como a outras medidas de combate aos efeitos



da pandemia do COVID 19 – corrente. Entretanto, quatro linhas abaixo vem exatamente a mesma desagregação. A pergunta é a que é que isto diz respeito. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para tecer alguns comentários acerca do Orçamento para 2021. Em relação ao protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos, com o qual o grupo municipal do CDS-PP está completamente de acordo, elaborado já há alguns anos e, por isso, está completamente desatualizado. O valor anual atribuído anda na ordem dos cento e cinquenta mil euros, mas a verdade é que a Associação nos últimos anos tem feito investimentos, quer ao nível do reforço de viaturas quer ao nível das obras do quartel, e encontra-se numa situação difícil. O relatório de contas da Associação apresenta um passivo de mais de quatrocentos mil euros e, por isso, precisa de ser ajudada, porque esta é uma Associação que ajuda todos e a Câmara Municipal tem de estar presente nesta altura ainda mais do que noutras. Mais uma vez não se vê no orçamento qualquer indicação referente a investimentos em construções de nova habitação social, quando se sabe que muitos Vaguenses ainda lutam por viver em condições condignas. Outra falha encontrada neste documento tem a ver com a área da educação. Houve esta questão da transferência de competências, mas é preciso ir mais longe. Por exemplo, ao contrário de outros Municípios que premeiam e incentivam os alunos pós ensino secundário para ir para o ensino superior, criando bolsas de mérito de apoio aos estudantes, vê-se que ainda não vai ser em dois mil e vinte e um que se vai criar um regulamento municipal de apoio de bolsas de estudo para o ensino superior em Vagos. Fica aqui a sugestão para se começar a tratar deste assunto no futuro. Há um vazio de ideias no que cabe a este tema, não há qualquer compromisso ou preocupação numa área que devia ser prioridade estratégica da Câmara Municipal, a formação académica dos jovens, na empregabilidade e até no investimento que estes jovens, uma vez formados, poderiam trazer para o Município. Em relação ao mapa de pessoal, para além dos números apresentados, duzentos e quarenta e sete postos ocupados, há uma situação onde é apresentada a necessidade de mais cento e vinte funcionários da Câmara. O que o senhor Deputado quer saber é, porque de acordo com o gov.base há muitas prestações de serviços, saber qual o número de “funcionários externos” é que a Câmara Municipal tem a prestar serviços. O grupo municipal do CDS-PP vê com agrado o investimento na zona industrial de Vagos, nomeadamente a ligação à A17. Há empresas que estão lá há muitos anos que merecem esse investimento para lhes permitir ter a competitividade que as outras empresas têm. As infraestruturas atuais estão completamente desatualizadas e degradadas, com os arruamentos ao nível de, praticamente, todo o Concelho, ou seja, em péssimo estado. As empresas que ali laboram para exportar ou para levar os seus produtos para fora do Concelho e atravessar Concelhos vizinhos para terem ligação a vias rápidas o que dificulta a competitividade. São privados que investem o dinheiro e o esforço em Vagos, criam milhares de postos de trabalho, e são abandonados pelo executivo nas funções básicas como a criação de condições. Quanto à questão dos apoios sociais, o senhor Deputado partilhou um documento, onde faz referência a uma notícia de jornal onde refere que “Vagos reforça o apoio à Santa Casa”, face ao aumento de pessoas carenciadas que passou de cento e vinte seis para duzentos e cinquenta, um aumento de cento e

vinte e quatro utentes. A Câmara Municipal faz um grande anúncio que aumenta para oitocentos euros por mês o apoio, para os cento e vinte e quatro utentes, e afinal dá seis euros e quarenta e cinco cêntimos por utente por mês, vinte e dois cêntimos por dia. Claro que vale sempre a pena aumentar os valores, mas convinha que estes valores fossem mais condignos com as realidades atuais. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que ouviu com muita atenção tudo o que aqui foi dito, acerca deste documento. Em relação à intervenção do CDS-PP agradece algumas opiniões, nomeadamente em relação aos bombeiros e às instituições, mas aquilo que se referiu não coincide com aquilo que o vice-presidente desse partido diz. Em relação ao apoio à Santa Casa da Misericórdia, realmente seis euros e quarenta e cinco cêntimos parece muito pouco, mas para uma instituição significa muito, dois euros já é muita diferença e um euro para uma refeição é muita diferença. Se calhar a Câmara Municipal tem um problema, este Executivo tem é divulgado pouco aquilo que faz, porque se divulgasse mais tinha menos situações destas e menos acusações do que aquelas que tem. Esta é a opinião pessoal do senhor Deputado Juan Carlos e do PSD. O orçamento é o plano financeiro estratégico que compreende previsões de receitas e de despesas futuras e deriva de um processo de planeamento e de opções. O senhor Deputado sabe que provavelmente se fosse ele o Presidente da Câmara e tivesse de elaborar este documento teria com certeza coisas diferentes das que estão neste, não muito diferentes. O CDS-PP e o PS também gostariam, com toda a certeza, de serem eles a elaborar este documento, mas os eleitores de Vagos escolheram o PSD e foi este Presidente de Câmara que foi reeleito. Todas as opiniões e discussões que se tenham à volta do orçamento têm o seu valor e são positivas, porque podem deixar alertas daquilo que se está a passar, daquilo que está menos bem e até mudar opiniões dos próprios autores do documento. Este é um orçamento do PSD, é defendido pelo PSD, respeita aquilo que foi apresentado aos Vaguenses e foram os Vaguenses que em nós confiaram. É um documento da responsabilidade do PSD, com muito orgulho, que defende este orçamento por várias razões. Este orçamento prevê um investimento e uma forte procura de fundos comunitários. Sem fundos comunitários, como todos sabem, não era possível fazer muitas das obras. O Executivo arriscou em algumas coisas que não tinham financiamento, como por exemplo a estrada Rines-Sanchequias. Esta é uma obra que está, e ainda não está acabada, e custou três milhões de euros. A ligação da A17 à Zona Industrial de Vagos, por muito que o CDS-PP queira dizer que é um pedido deles há muito tempo, está há muitos anos nos planos do PSD, não tem é tido financiamento e o senhor Presidente da Câmara, este Executivo e o PSD, neste momento, dizem que mesmo sem financiamento esta é uma obra estruturante, uma obra demasiado importante para o Concelho de Vagos e é uma obra que se vai fazer. Ao contrário do que o CDS-PP diz, que os empresários estão abandonados na zona industrial, esta é uma obra que vai facilitar o trabalho dos empresários, estes empresários que apostam no Município de Vagos, tanto na zona industrial como no parque empresarial, e não é por acaso que se veem os investimentos, em plena crise, em Vagos. Tem-se visto empresas a deslocalizarem-se e a investirem em Vagos e empresas a crescerem todos os dias, como é o caso da Grestel. Esta

aposta deste Executivo do PSD naquilo a que se propôs, desde o início, e basta olhar para as Freguesias e ver como elas estão desenvolvidas, e isso é trabalho dos Presidentes de Junta que são aquele grupo de pessoas e de Autarcas por quem o senhor Deputado tem uma grande admiração, porque tem conhecimento do trabalho que eles fazem. Este é um orçamento que respeita a vontade dos Vaguenses, é um orçamento que prevê o investimento e o apoio social. Falou-se aqui das IPSS's, e o senhor Deputado desafia o CDS-PP a sair de casa e a visitar estas instituições e a falar com elas, saber o que é que está a ser feito e o que é que é feito todos os dias. As IPSS's ainda não receberam qualquer apoio financeiro para os EPI's que foi proposto, e bem, pelo Governo. Estas instituições gastaram milhares de euros em proteção e ainda não receberam nada. Em relação à economia e aquilo que se está a passar no Concelho de Vagos, não é tudo bom, não é tudo perfeito, é verdade, e não vale a pena camuflar o que está menos bem. Na questão da educação o Município tem o assumir da responsabilidade e das competências da educação e discute-se quase todos os dias e todas as semanas com situações que acontecem nas escolas e têm mais pessoal a trabalhar do que aquilo que era necessário, pelo menos segundo os rácios. O senhor Deputado desafiava a Câmara Municipal a divulgar o rácio das auxiliares nos estabelecimentos de ensino do Concelho de Vagos e dos estabelecimentos de ensino em Aveiro, para comparar. Estas são questões que as pessoas não sabem e que a Câmara deveria divulgar mais para as pessoas terem conhecimento do que se anda a fazer. O Executivo optou por fazer e não se preocupar com a publicidade, é uma opção e tem de ser respeitada. Este pormenor do rácio das auxiliares de educação, é importante que as pessoas saibam aquilo que se está a passar, porque ainda esta semana houve uma situação na escola da Gafanha da Boa Hora e os pais reagiram, e bem, mas é preciso saber-se exatamente o que se passa com os rácios no Concelho de Vagos, qual é a realidade atual. No orçamento, o valor destinado ao COVID, duzentos e oitenta mil euros, é pouco, é verdade, mas se fala de tudo o que envolve esta questão, como por exemplo as auxiliares que estão a mais nas escolas e que não estão contabilizados neste valor. A parceria e a promessa que está feita com a delegação de Saúde de Vagos, porque o Governo não consegue responder e é a Câmara Municipal que dá esta resposta e não tem obrigação nenhuma de o fazer, mas faz. Este orçamento é um orçamento que responde às pessoas, principalmente às pessoas, e o senhor Deputado fica um pouco desiludido com a crítica pela crítica e com pouca substância naquilo que se está a dizer. Em relação à habitação social, questão suscitada pelo CDS-PP ainda há pouco, na última Assembleia Municipal se falou do projeto para esta área. Há críticas que se fazem muitas das vezes injustificadas. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge ausentou-se da sessão, quando eram cerca das vinte e uma horas e trinta e cinco minutos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à execução das obras na área da educação é um facto que a Câmara Municipal priorizou o investimento na Escola Básica da Quintã, e de outras três escolas, Soza, Vigia e Ouca. Neste momento, ainda só avançou as obras na EB de Quintã, porque foi aquela para a qual se arranjou forma de financiar através dos fundos comunitários e, portanto, far-se-ão as

candidaturas quando elas abrirem e quando houver disponibilidade financeira no setor. O setor da educação foi considerado não prioritário nos fundos comunitários e as verbas destinadas à educação foram muito reduzidas. Quanto à questão da regeneração urbana das Freguesias, a Câmara Municipal tem como objetivo as intervenções colocadas no orçamento, porém essa regeneração urbana não tem qualquer tipo de financiamento. A única regeneração urbana que se enquadra nos planos são as dos centros das sedes de Concelho e daí a Câmara Municipal estar a apostar muito na obra do Palacete Visconde de Valdemouro, que quer que se inicie para também poder criar condições para se no futuro houver a possibilidade de candidatar obras noutros locais o possa ser feito. De todas as formas ir-se-á procurar aos poucos, naquelas intervenções que são importantes, dar seguimento as obras possíveis de fazer. Em relação ao plano de alterações climáticas, ele está no documento como uma referência. O orçamento e o plano de atividades que aprova é um plano plurianual, ou seja, a cinco anos e, portanto, têm de ser colocadas algumas rubricas, que se possa até ter a noção que não irão ser feitas ainda este ano, mas que têm de ser colocadas no orçamento. Relativamente à questão das funções sociais, foi referido que se colocou trezentos e cinquenta mil euros a mais na área da educação e abordou a questão dos quinhentos e cinquenta mil euros para ações na área da educação. Este valor refere-se a AEC's, aos transportes escolares, recursos humanos e de um conjunto muito grande de atividades todas elas desenvolvidas na área da educação, nomeadamente as refeições e a componente de apoio à família. Na ação social o valor inscrito foi considerado baixo, mas o senhor Presidente lembrou que há sempre a oportunidade de reforçar estas rúbricas, as rúbricas da ação social são rúbricas que mesmo com valores pequenos fazem muita diferença, como dizia o senhor Deputado Juan Carlos Martins, e ele sabe do que fala. Muitas vezes não é a questão do valor e sim a de se estar atentos às necessidades da população. Quanto à cultura há três projetos de candidatura à Cultura em Rede, que não são no âmbito da CIRA, à parte da programação cultural em rede da CIRA. Estes três projetos foram feitos em conjunto com dois outros Municípios. Um dos projetos tem a ver com as comemorações do Espírito Santo, e foi feito em conjunto com dois Municípios que têm comemorações do Espírito Santo, uma ação importante, e envolveu-se os agentes culturais locais, nomeadamente, no caso concreto, a Santa Casa da Misericórdia através do Grupo de Teatro O Fantástico. Realmente, não se pode deixar de dizer que é histórico o valor inscrito este ano no plano municipal para a área da cultura. A cultura é fundamental para manter a história e tradição de um povo e, portanto, a Câmara Municipal nunca desinvestirá nesta área. No que respeita ao valor inscrito para a reparação das estradas na Freguesia da Gafanha da Boa hora existem outras intervenções previstas que não esta aqui. Esta é uma rubrica genérica para diversos tipos de intervenções que às vezes são necessárias fazer em cada uma das freguesias e existe uma rubrica igual em todas as Freguesias. A questão da rede viária será sempre “um calcanhar de Aquiles”, porque o Concelho tem 164 km<sup>2</sup>, uma rede viária muito extensa com diversos problemas como é do conhecimento público e há uma série de fatores que contribuem para isso, sendo uma delas a difícil situação financeira do Município, que embora tenha melhorado nos últimos dez anos tem sido sempre uma enorme condicionante. Em relação à informação enviada e por quem é

enviada, questão levantada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, não é de todo relevante, porque o documento é enviado em formato *word* para a Assembleia Municipal, normalmente é transformada em PDF, desta vez não foi e o senhor Presidente não vê qual a importância que isso possa ter e se o documento foi feito por um adjunto ou por outra pessoa qualquer. Em relação ao facto de na página cinquenta e quatro estarem duas rubricas com o mesmo nome, o nome é imposto pela DGAL, que impõe aquele nome para as despesas com a COVID, e tem uma para dois mil e vinte e outra para dois mil e vinte e um. Quanto à questão da disseminação e separação das rubricas tem sido uma guerra antiga e, no final, pedirá ao senhor Nuno André, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal, para esclarecer. O senhor Presidente procura que as rubricas sejam devidamente clarificadas, mas o classificador económico não permite uma maior especificidade. Por exemplo, *nos outros trabalhos especializados* estão desde o pagamento dos serviços clínicos gastos pela Veterinária Municipal, através de um contrato com uma Veterinária local, até à limpeza das faixas de proteção que estão a ser trabalhadas, o pagamento às IPSS's de algumas das despesas que têm, e tantas outras. Em relação à nova habitação social na página quarenta e quatro estão inscritos duzentos e cinquenta mil euros dedicados à estratégia local de habitação, para além do investimento que está a ser feito na requalificação da habitação social no Bairro Dr. Pedro Guimarães. Quanto à questão de ir mais longe na área da educação o senhor Presidente não entende como, o Município de Vagos é um exemplo claro, tem um rácio de auxiliares de ação educativa 50% superior àquilo que são as obrigações legais. Os senhores Deputados podem entender que estes projetos não são importantes, mas naquilo que é a relação do Município, e naquilo que se vai trabalhando com outros Municípios, Vagos tem grande qualidade de projetos nesta área e com resultados práticos que estão à vista de todos, nomeadamente na melhoria constante dos estabelecimentos de ensino, especialmente o Agrupamento de Escolas de Vagos que integra as escolas do Concelho. Quanto à questão da empregabilidade e investimento na Zona Industrial de Vagos, é um assunto onde todos estão de acordo, mas o senhor Presidente não vê nenhuma empresa a deslocalizar-se de Vagos para ir para outro Município, vê-se é o contrário. É evidente que este documento corresponde àquilo que foi o programa eleitoral apresentado pelo PSD ao eleitorado vaguense, e que teve uma votação recorde de cerca de 69% e, por isso, há que cumprir e está a ser cumprido em cerca de 80% respondendo às expectativas de quem elegeu este Executivo Municipal estabelecendo, obviamente, prioridades. O dinheiro podia ser aplicado de maneira completamente diferente, mas, para isso, essas propostas têm de ser colocadas a votação e têm de ser votadas pelos Vaguenses. Quanto aos apoios às IPSS's, indo ao encontro e no âmbito da COVID, os duzentos e oitenta mil euros que se fala é um montante que está visível. Na última Assembleia Municipal foi aqui dito por alguns Deputados, ligados a esta área da ação social, que o apoio da Câmara Municipal nesta área tem sido exemplar naquilo que são as necessidades reais e efetivas quer das IPSS's quer das Autoridades Locais de Saúde, GNR e os Bombeiros. Há poucas Autarquias que apoiem as IPSS's conforme Vagos apoia. A mesma situação se aplica à Associação dos Bombeiros Voluntários e Vagos é dado muitas vezes como um bom exemplo no apoio à Corporação. -----

----- Entretanto, tal como solicitado pelo senhor Presidente da Câmara o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Nuno André para esclarecer a questão das rubricas. ----

----- O senhor Nuno André, Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal de Vagos, usou da palavra e explicou que o classificador é aquele e é difícil de detalhar mais. O que foi feito é que além do orçamento em si, o plano de atividades que tem como objetivo ajudar a perceber em que ações é que são gastas as verbas. Por exemplo, na rubrica 020225, que tem uma dotação de um milhão e duzentos mil, mais ou menos, e se depois se for ver o plano de atividades no projeto de eficiência energética esse valor representa duzentos e onze mil euros, ou seja, de um milhão e duzentos no total, duzentos e onze mil estão imputados ao plano de eficiência energética. Portanto, aí percebesse onde é que é distribuída aquela dotação. Ao desfolhar o plano de atividades e procurar as rubricas pode ter-se uma ideia de onde é que aquelas verbas estão imputadas. Este classificador, de facto, é o que é usado nas despesas públicas do Estado e a desagregação é aquela, não sendo possível mais. O plano de atividades, no fundo, ajuda a perceber onde é que o dinheiro é gasto. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e começou por fazer dois comentários de ordem geral e política a este documento. Este documento começa por se justificar dizendo, e citou *“apesar dessas alterações forçadas, não devemos nem podemos alterar os objetivos centrais da ação governativa, contribuindo para o crescimento global do Município, através da captação de investimento, da criação da riqueza...”*. O que se diz na página quatro é que o intuito deste orçamento e plano de atividades é contribuir para o crescimento global do Município através da captação de investimentos e da criação da riqueza. Este parágrafo não está exatamente assim na versão final, porque alguém teve a sensatez de acrescentar a palavra “cidadãos”. A Câmara Municipal dá a ideia que nem sequer consegue distinguir conceitos básicos como crescimento e desenvolvimento, uma questão que qualquer pessoa minimamente formada nestas áreas de gestão pública percebe. À Câmara não se pede apenas crescimento, os Vaguenses não são números nem pretendem que a atividade da Câmara cresça, pretendem é ter mais desenvolvimento. Na página sete, o senhor Presidente já realçou o número, o que diz é que a transferência para as famílias também conhecerá um aumento de cerca de vinte mil euros. O senhor Deputado recorda que se está a falar de um orçamento de vinte e seis milhões de euros, de um crescimento de despesa, para o próximo ano, de dois milhões e duzentos mil euros e a Câmara Municipal realça que o aumento das transferências para as famílias é de vinte mil euros. Por isto, pode verificar-se a importância da tal opção política que é feita em prol dos cidadãos. Entretanto, partilhou/apresentou um documento para dizer que não tem nenhum tipo de fé neste tipo de documentos, estes documentos não existem, são um mero cumprimento de obrigação legal, mas não valem grande coisa em termos de gestão. Nos últimos anos, de facto, o orçamento da Câmara tem crescido na ordem dos 2,2 milhões de euros por ano, quando o senhor Presidente da Câmara dizia há poucos minutos que há uma difícil situação financeira do Município uma pessoa olha para aqui e perguntasse *“que difícil situação financeira?”*. Com um aumento de dois milhões por ano e com um orçamento, para o próximo ano, de vinte e seis milhões de euros não dá para perceber. O

senhor Deputado considera que deve ficar muito claro para todos que a Câmara Municipal tem 70% do seu financiamento através de transferência de fundos públicos e que para além disso, no próximo ano, está previsto que receba mais um milhão e meio de euros pela delegação de competências. Também deve ser muito claro para os Vaguenses que para além disso a Câmara financia-se com 4,5 milhões de euros que é arrecadado através dos impostos que todos os Vaguenses pagam. Por falar em impostos, o grupo municipal do PS volta a notar que a Câmara Municipal de Vagos continua a “assobiar para o lado” em relação a esta possibilidade legal de devolver parte do IRS aos munícipes, ainda que esta seja uma tendência crescente nos Municípios portugueses. A Câmara prevê gastar estes vinte e seis milhões de euros da seguinte forma: quase metade em pessoal e aquisição de serviços. A Câmara Municipal pediu contributos aos partidos políticos, o Partido Socialista de Vagos enviou três propostas, mobilidade urbana, transportes, apoio a famílias jovens e economia local e uma vez mais a Autarquia ignorou estas propostas em prol do bem-estar dos Vaguenses. Em termos dos investimentos previstos aquilo que há de maior relevância são uma lista já vista. Há pouco o senhor Presidente referiu que o que não se fez tem de se continuar a pôr na lista, mas a verdade é que todos os grandes projetos, basicamente, já estavam no orçamento de dois mil e vinte e não foram feitos e, portanto, resvalam para dois mil e vinte e um. Tal como tem acontecido nos outros anos olha-se para o orçamento e depois para a execução que se vê há uma realidade que só por pormenor é que coincide, porque de resto há um nível de execução muito baixo em termos históricos do orçamento e nomeadamente dos investimentos. Na última execução apenas foram realizados dois milhões e setecentos mil euros e ficaram por realizar quatro milhões e setecentos mil euros. O que se tem aqui é novamente um orçamento que pode ser ambicioso, que tem nove milhões de euros de investimento mas a verdade é que não se sabe qual será a execução final que se vai ter. Este é um orçamento do PSD, este é um orçamento fraco, este é um orçamento que não responde às necessidades vaguenses e vai merecer o voto negativo por parte do Partido Socialista. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins voltou a usar da palavra para responder a algumas questões levantadas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. Em relação aos quadros apresentados não se dececionou quando apareceram alguns números e algumas frases que já eram de esperar. As coisas de que fala são muito bonitas de fazer, como por exemplo a devolução do IRS, e o senhor Juan Carlos tem dúvidas que o senhor Deputado Óscar Gaspar acredite naquilo que diz, porque como membro da Assembleia Municipal e como representante do Partido Socialista fica bem dizer alguma coisa, mas como Economista não. O senhor Juan Carlos não acredita que por vezes aquilo que diz corresponda àquilo que sente, por uma simples razão, quando se fala da devolução do IRS, uma medida bonita de dizer, sabe perfeitamente que esta medida corresponde a vencimentos altos. Portanto, o senhor Deputado considera que não é importante ser devolvido e que seja, sim, investido na questão social. E é por isso que o PSD, e o senhor Deputado pessoalmente, é contra a devolução de parte do IRS. Essa devolução de IRS beneficia quem ganha mais e não quem ganha menos e quem precisa, e isto é óbvio. Com muito orgulho o senhor Deputado confirma que este é o orçamento do PSD, o orçamento que os eleitores escolheram e é

assim, enquanto este Executivo e este Presidente o fizer, que o PSD vai apoiar. O senhor Deputado concorda que o ideal teria sido a realização de uma reunião com todos os partidos para discutir a elaboração deste documento, o Executivo não o fez, deve ter as suas razões, evitava-se algumas coisas, mas esta é uma vontade deste Executivo Municipal e tem de ser respeitada. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira voltou a usar da palavra e referiu que, ao contrário daquilo que o senhor Deputado Juan Martins pensa, criticar o Executivo faz parte das funções da oposição que tem a sua própria opinião. O grupo municipal do CDS-PP também tinha o seu programa, mas o povo vaguense decidiu noutro sentido, mas está aqui para dar a sua opinião e criticar a ação do Executivo não constitui um ato anti executivo, anti município ou antidesenvolvimento do Concelho, antes pelo contrário. No debate, se houver abertura do Executivo, são apresentadas ideias/propostas e se o Executivo tiver abertura para as discutir pode ajudar. O Executivo é o próprio a reconhecer que muitas vezes também tem as suas falhas. Este orçamento, obviamente, que não é o do CDS-PP, mas a verdade é que os vaguenses ano após ano veem as obras adiadas e isso é um facto indesmentível e os níveis de execução dizem, “preto no branco”, tudo. A ver se dois mil e vinte e um vai ser diferente e se correr tudo bem será certamente reconhecido. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e esclareceu que a Câmara Municipal não reuniu com os senhores Deputados, mas estará sempre disponível para receber e discutir qualquer assunto assim que solicitado. O Executivo sempre esteve disponível, e se assim for o entendimento na discussão do orçamento ou da prestação de contas, é só agendar. O senhor Deputado Juan Martins bateu muito na questão do IRS e o senhor Presidente deixa só uma pergunta *“5% da receita do IRS é receita do Município, os outros 95% são receita do Governo. Quanto é que o Governo devolveu desses 95% aos Municípios?”* Foi zero, portanto sobre essa questão não há mais conversa, porque o Partido Socialista vem para esta Assembleia Municipal com falsos moralismos sobre a devolução dos 5% de IRS quando o Município de Vagos tem taxas reduzidas, das mais baixas, nos outros impostos municipais. Portugal, de acordo com as instâncias internacionais, nomeadamente a OCDE, tem a carga mais elevada de impostos. Em relação à transferência para as famílias, e respondendo ao apoio à Santa Casa da Misericórdia, questão colocada pelo senhor Deputado Jorge Pereira, a Câmara Municipal teve de se substituir ao Estado Central porque a Segurança Social tinha um acordo com esta instituição para o pagamento das despesas do serviço de ação social que não estava a suportar. Assim sendo, foi o Município que foi apoiar a Santa Casa da Misericórdia para que esse serviço não falhasse aos Vaguenses, porque o Governo falhou. O senhor Deputado Óscar Gaspar apresentou um gráfico com seis ou sete obras, e diz ele que não foram feitas essas obras. No entanto, dessas seis ou sete que apresentou três estão em execução, o problema é que não têm ainda execução financeira, mas estão no terreno e isto só revela uma coisa é que o Partido Socialista só conhece estes números e não conhece a realidade no terreno, porque se fosse ao terreno conhecia as obras em execução. Quanto à difícil situação financeira é uma questão que tem vindo a melhorar, mas não deixa de ser difícil. A dívida reduziu de vinte milhões para cerca de treze milhões, como está agora, mas não deixa de ser difícil. Este é um orçamento do PSD, é o orçamento que foi colocado à votação do



eleitorado em dois mil e dezassete, foi claramente escolhido e sufragado pelos Vaguenses e é este o orçamento que irá ser colocado aqui à votação. O senhor Deputado Óscar Gaspar referiu que não tem fé nestes documentos e o senhor Presidente terminou dizendo que os Vaguenses também não têm fé na posição do Partido Socialista sobre estas matérias e essa falta de fé tem sido repetidamente demonstrada ato eleitoral atrás de ato eleitoral. Essa fé foi depositada no PSD e o PSD estará sempre ao lado das pessoas para tratar e promover o desenvolvimento sustentável do Município de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte (20) votos a favor do grupo municipal do PSD e com sete (7) votos contra dos grupos municipais do PS e do CDS-PP. O grupo municipal do PS apresentou a seguinte declaração de voto. “ *O Partido Socialista vota contra este orçamento e plano de atividades, da Câmara Municipal de Vagos, para dos mil e vinte e um essencialmente porque as projeções não são credíveis e todos os níveis de execução do passado provam que os números dos orçamentos são empolados face à realidade e, por outro lado, porque o PSD insiste que este é o orçamento que decorre do seu programa eleitoral e torna-se óbvio que não é um orçamento que tem em devida conta o efeito da pandemia COVID 19 em termos económicos e sociais e não contém medidas para fazer face aos seus impactos nos vaguenses.*”, o Grupo Municipal do CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto. “*Vagos está, de acordo com o Anuário dos Municípios Portugueses de 2019, em alguns lugares de destaque, infelizmente, pela negativa, nomeadamente nos Municípios com: Maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos com uma diferença negativa superior a 17%, entre o grau de execução da receita e o grau de execução da despesa; Menor valor no indicador de equilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, com 2,4%; Aumento de valor do passivo exigível, com um acréscimo de +1,3 milhões de euros de dívida exigível; Maior prazo médio de pagamentos, 98 dias em 2019; Piores resultados económicos, com resultados negativos de 1,5 milhões. Os deputados do CDS-PP ao analisar os documentos das GOP e do Orçamento da CMV para 2021 verificam o seguinte: O Decreto-Lei n.º 56/2020 de 12 de agosto prorroga o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da educação e da saúde para 2022. Ao ler o documento não se encontra a estratégia do Município para a provável aprovação. Não há uma abordagem estratégica aos desafios da descentralização nem uma capacitação adequada para lhes fazer frente de forma impulsionadora e geradora de desenvolvimento. O presente documento das GOP representa uma comprovação objetiva de como a Câmara está impreparada para o seu impacto. As transferências correntes são destacadas pelo executivo: Com efeito, a necessidade de lutar contra as alterações climáticas e de ter mais baixos níveis de poluição conduzirá à propagação de modos mais sustentáveis de deslocação, assentes em energias alternativas, como viaturas elétricas, híbridas ou a hidrogénio, e a soluções de mobilidade mais amigas do planeta. Beneficiação dos Arruamentos. É sobejamente conhecido o estado lastimável dos nossos arruamentos. Os processos no Departamento Jurídico do Município*

*por danos sofridos em viaturas continuam a dar entrada e não são os 820.000€ destinados nestas GOP que resolverão o problema. Os benefícios sociais e políticos para os cidadãos são significativos quando os arruamentos são feitos da forma correta. Desta forma, redes de águas pluviais e de esgoto, devem ser projetadas com segurança e qualidade e o crescimento desordenado deve ser evitado. Ligação ZIV - A17 (Eixo para a Competitividade). Vejamos o exemplo da ligação à ZIV, cujo traçado está definido há mais de vinte anos e surge, pela primeira vez é certo, numas GOP. Este projeto, de vital importância para o Município e para as empresas sediadas na nossa primeira zona industrial continuará à espera mais alguns anos pois o traçado está definido em local que obrigará a aquisição de terrenos e, muito provavelmente, expropriações. Propagandear um projeto que nem financiamento tem definido e tardará em ser executado, como o “estímulo à criação de emprego por via das empresas no próximo ano com o reforço da criação de condições físicas e de apoio à instalação de empresas no Concelho de Vagos” é no mínimo desonesto. Considerando os pressupostos acima resumidos e sem negar alguns aspetos positivos previstos nas GOP agora apresentadas a votação, o CDS-PP não pode deixar de votar contra as GOP e o Orçamento da CMV para 2021, pois a sua filosofia, princípios e estratégia de gestão da Câmara, de desenvolvimento profissional dos seus trabalhadores, de ambição para o futuro do concelho e de melhoria da qualidade de vida das pessoas são substantivamente distintos daqueles que os Vaguenses necessitam.” -----*

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 03 de dezembro de 2020. ---

-----**PONTO QUATRO: COVID-19 – ISENÇÕES PARA 2021;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

-----O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e informou que o grupo municipal do CDS-PP está de acordo com o conjunto de medidas de apoio aqui apresentado. Tudo o que seja para aliviar os constrangimentos que esta pandemia provocou aos comerciantes vaguenses podem contar com o CDS-PP e subscreve aqui, mais uma vez, que o empréstimo de curto prazo que vai ser pedido que seja para aumentar a liquidez dos comerciantes vaguenses. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por esclarecer o senhor Presidente da Câmara que já não tem idade para responder a provocações “sedutoras” e só responde politicamente àquilo que faz sentido e não ao que conviria ao Presidente da Câmara. Este ponto da ordem de trabalhos merece toda a concordância e todo o apoio do grupo municipal do PS, mas o problema não é o que está aqui e sim o que falta aqui. O apoio às empresas e aos Vaguenses em dois mil e vinte e um, por causa da COVID, não pode ser apenas, e só, a isenção das taxas ou os tais vinte mil euros de transferências para as famílias de que se falou no ponto anterior. A este propósito, já hoje se falou num e-mail que o senhor Deputado enviou ao senhor Presidente da Assembleia, a que fez o favor de responder, porque não quer esquecer que na última sessão desta Assembleia Municipal, de 25 de setembro, a questão do apoio aos Vaguenses

foi bastante discutida. O senhor Deputado Municipal Nuno Moura disse que para ser consequente deveria vir uma proposta à Assembleia Municipal sobre os apoios efetivos e o senhor Deputado Óscar Gaspar disse, de imediato, que o partido Socialista estava totalmente de acordo com essa proposta e dever-se-ia fazer esse trabalho. O senhor Deputado Nuno Moura disse na altura que essa reunião se iria realizar, sendo certo que a seguir, e todos perceberam, o senhor Presidente da Câmara fez de imediato uma intervenção alertando para as competências da Assembleia Municipal e, portanto, dando a entender que não concordava com este tipo de iniciativa. Esta postura é um erro, foi dito pelo Partido Socialista na sessão de junho que há muitas Autarquias, por este País fora, que estão a apoiar os seus munícipes em termos das despesas efetivas com gás, com eletricidade, com água e com as rendas. Há com certeza Vaguenses que estão a passar mal e vão passar mal nos próximos tempos e não é de todo aceitável que a Câmara Municipal de Vagos, ao contrário de uma grande maioria de Câmaras Municipais, e até de juntas de Freguesia, quando têm capacidade financeira para isso, não promova estes apoios diretos. O senhor Deputado concorda com o senhor Presidente que face a esta situação só medidas efetivas de financiamento resultam. Acontece que no caso dos particulares estas questões também se colocam e, portanto, a Câmara Municipal ainda está a tempo, não o fez no orçamento para dois mil e vinte e um, não apresentou para esta Assembleia, mas fica aqui o repto à Câmara Municipal e fica também a provocação ao grupo municipal do PSD, nomeadamente ao senhor Deputado Nuno Moura, porque não cumpriram com a palavra que deram, aos Vaguenses e à Assembleia, na sessão de setembro dizendo que estavam disponíveis para trabalhar em conjunto o pacote de apoios sociais aos vaguenses. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por corrigir o senhor Deputado Óscar Gaspar, ou seja, aquilo que ele afirmou aqui não está correto. O que o senhor Deputado Óscar Gaspar fez foi um desafio direto ao senhor Deputado Nuno Moura para se discutir e apresentar uma proposta e aquilo que ficou foi que o PSD estaria disponível para o efeito. O senhor Deputado Juan Carlos aguardou, serenamente, um contacto por parte do Partido Socialista, já que foi este que fez a proposta, para realizar a reunião. Não houve qualquer contacto do PS. Esse desafio foi feito, foi aceite e o PSD ficou a aguardar. Relativamente ao ponto e às medidas apresentadas, o PSD tem feito o trabalho, tem falado com o Presidente da Câmara sobre algumas situações que estão feitas. O senhor Deputado concorda com o CDS-PP e com o PS quando estes dizem que talvez se pudesse fazer mais, é verdade. O que está nas medidas, do que é possível fazer, o PSD concordou. Na semana passada o INE revelou que o dinheiro disponível nas famílias é superior ao dinheiro que existia antes da pandemia, e aí tem a ver com medidas implantadas pelo Governo., desde as moratórias, dos Bancos, portanto, há mais dinheiro disponível nas famílias. É certo, e tem razão, que há gente que perdeu o emprego e é para estes que se tem de olhar. Há mecanismos, ou não, de proteção de pessoas que perderam o emprego e que estão em dificuldades? Pergunta. Há mecanismos como os que o Governo tem que é o subsídio de desemprego, há o mecanismo da ação social que já é a Câmara Municipal que faz, há o acompanhamento das IPSS's e há muitas outras coisas que se podem fazer. Há medidas que se

podem implementar, na medida do possível, mas para fazer uma coisa não se faz outra. Nas famílias para o que se deve olhar em primeiro lugar é para a pessoa e é aquilo que se está a fazer. Em relação ao valor inscrito no orçamento destinado à COVID, que é pouco, é verdade, aqui está mais uma verba a acrescentar àquele valor. Quando se quiser acusar o PSD e o Executivo que só se pensou num montante de duzentos e oitenta mil euros para a COVID não é verdade e isto tem de ficar clarificado. O senhor Deputado Juan Carlos Martins desafia o Partido Socialista a visitar as IPSS's e o trabalho por elas desenvolvido nesta situação objetiva desde março de dois mil e vinte até agora. Este trabalho é feito com o Município, com as disponibilidades que tem para as famílias que têm necessidades. Uma medida que o senhor Deputado aceita com agrado, vinda do Governo, é a isenção na questão das creches, pois é um apoio concreto às famílias neste momento. Está programado ir-se-á ver como é que funciona. As coisas têm de ser olhadas objetivamente para cada situação e não propor medidas que muitas das vezes não têm aplicações práticas. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra, e partilhou um documento, para dizer que estas isenções são muito insuficientes no combate à COVID 19. A maior parte das vezes o senhor Deputado condena-se por ter esta ousadia de pedir que crie boas práticas nas Câmara Municipais e apercebe-se que é pedir demais a esta Câmara Municipal. O senhor Deputado já nem ficava insatisfeito se copiassem as boas práticas das Juntas de Freguesia de todo o País que fazem um pouco de tudo: apoio a pessoas em isolamento; apoio a famílias carenciadas de todo o tipo; criam linhas de apoio; fazem apoio de entregas alimentares; fazem apoios diversos, inclusive apoios a empresas, estudantes e entregas em farmácias. Há muitas outras medidas que podiam ser incluídas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião esta é reflexo da falta de permanência do Partido Socialista no terreno, não conhece a realidade e está muito distante daquilo que se vai fazendo no dia a dia e depois vem aqui cometer alguns lapsos. Os Vaguenses quando ouvirem esta intervenção vão perceber este distanciamento que o Partido Socialista tem com a realidade. A Câmara Municipal distribuiu equipamentos de proteção individual a IPSS's, bombeiros, GNR, Autoridade Local de Saúde e Centros de Saúde, coisa que era da responsabilidade da Administração Central, que não o fez, emprestou viaturas, arranjou tendas, arranjou telemóveis, os que hoje estão a fazer o rastreamento das situações de COVID do Município, prestou apoio à população mais carenciada e mais idosa, no período mais difícil, substituindo-se à família, na aquisição de alimentos, apoiou o comércio local, num investimento de cem mil euros. Não há nenhum Município no País que tenha uma campanha de vouchers como Vagos tem. Mensalmente são quarenta vouchers de cem euros, são quatro mil euros que entram diretamente na economia local ao longo de oito meses, até abril de 2021, que é o tempo que esta campanha irá decorrer. A Câmara Municipal deliberou, pela primeira vez, que este apoio ao NEVA fosse reforçado para que os cabazes que são normalmente distribuídos aos funcionários sejam também transformados nestes vouchers para apoio direto ao comércio local. A Câmara Municipal adquiriu testes, que era competência do Governo, apoiou as empresas que precisam destas isenções, os serviços da

Autarquia são os únicos que trabalham a 100%, no Concelho de Vagos, hoje. As Finanças e a Conservatória do Registo Civil e Predial trabalham com muitas dificuldades porque não têm reforços nem EPI'S, pois o Estado não fornece. Hoje, para se agendar uma ida à Conservatória demora-se imenso tempo. Na Câmara Municipal os serviços estão disponíveis quase na hora. Portanto, quando o senhor Deputado Bruno Julião vem aqui com estes exemplos é de facto porque não conhece a realidade. Esta realidade que o senhor Presidente está a falar é efetiva e está no terreno, próxima da população. No que respeita à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar este deu, mais ou menos, a ideia que o senhor Presidente se teria manifestado contra esse encontro dos grupos municipais para proporem medidas à Câmara Municipal, mas nunca, em tempo algum, se manifestou nesse sentido. No entanto, há uma série de questões que são competência própria da Câmara Municipal e, portanto, não compete à Assembleia Municipal tomar essa decisão. O senhor Presidente limitou-se a recordar o quadro de competências de cada um dos órgãos, que são órgãos autónomos, com funcionamentos autónomos. Quanto ao apoio às rendas, e quando se fala na diminuição das rendas, as rendas sociais que existem no Município normalmente estão associadas a prestações sociais, ou seja, reformas, rendimento social de inserção, subsídios de desemprego. Quando não estão são avaliadas periodicamente, ou seja, se um arrendatário de uma habitação social perde rendimentos imediatamente essa renda é reavaliada. É muito bonito vir aqui dizer publicamente que se devem diminuir as rendas sociais, mas a verdade é que isso seria injusto para todos os outros municípios porque estaria a subsidiar alguém que nesta fase não viu a sua necessidade financeira beliscada. Por isso, não faz qualquer sentido que a Autarquia faça uma reavaliação das rendas quando o rendimento da família que está na habitação social não sofreu alterações. Aquilo que está aqui em causa é que este tipo de medidas não têm um impacto direto, mas têm um impacto indireto. Se o Município perde receitas não tem, depois, essa capacidade financeira encaixada. O que o Município está a fazer é a entregar aos municípios de forma imediata estes valores. O senhor Presidente terminou deixando um desafio aos grupos municipais do CDS-PP e do PS, para que eles, com a mesma capacidade financeira e a mesma situação financeira, tragam exemplos de outros Municípios que deem o mesmo tipo de apoios que o Município de Vagos dá aos seus cidadãos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 03 de dezembro de 2020. --

-----**PONTO CINCO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE INVESTIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO – REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, dos pontos cinco, seis e sete, em conjunto, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. O senhor Nuno André, Chefe da Divisão Financeira, fez também alguns esclarecimentos técnicos dos documentos enviados. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para dizer que relativamente a este assunto lamenta não se conhecer o projeto desta obra, uma obra estruturante no aumento de competitividade da zona industrial. Certamente estarão criadas, ou reforçadas, as infraestruturas, básicas, abastecimentos de água, drenagens de águas pluviais, eletricidade e iluminação. Que tenha sido acautelada uma maior proteção contra incêndios daquela área, visto a zona industrial estar incluída num espaço verde, floresta. Tudo o que seja para aumentar a competitividade das empresas do Município terá o apoio do grupo municipal do CDS-PP e que a dívida seja para isto. –

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que em relação a estas obras, e especificamente a esta, obviamente que o Partido Socialista se associa à sua necessidade, uma vez que são muito vantajosas para o desenvolvimento do Concelho. De facto, a partir da passada quinta feira, ficou a certeza, em termos europeus, que vai haver fundos inéditos para a recuperação das diversas economias. Entre o encerramento do Portugal 2020, a tal bazuca europeia de combate direto à COVID 19 e o novo quadro financeiro plurianual europeu, fala-se de qualquer coisa como cinquenta e oito mil milhões a fundo perdido que vem para Portugal. Portanto, isto vai ser muito exigente naquilo que são opções políticas a serem seguidas e aqui contará o Governo, mas também contarão as CCDR's, os Municípios e as empresas. É bom que o dinheiro seja bem gasto, de forma transparente e com acompanhamento muito próximo de todas as partes. Havendo agora um cume de financiamento público, que já está a acontecer, as Autarquias têm de estar conscientes de que o quadro no qual se inserem é totalmente diferente daquilo que existiu há três ou quatro anos ou na anterior crise económica. Vai haver uma procura muito maior por parte das obras públicas, há uma oferta muito mais reduzida, porque infelizmente na última década houve uma delapidação muito forte das empresas de construção de obras públicas em Portugal. Aquilo que aconteceu no processo do Palacete Visconde de Valdemouro vai com certeza acontecer repetidamente se não forem acauteladas algumas matérias, nomeadamente ter em conta uma correta orçamentação dos projetos. Isso vai ser relevante para que os projetos tenham concorrentes para que possam ser adjudicados e para que possam ser adjudicados e implementados a tempo, porque haverá um dia em que de facto vai haver rateio e nem todos os projetos poderão ser financiados. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que recebeu com agrado as palavras do senhor Deputado Óscar Gaspar em relação àquilo que Portugal poderá vir a ter. Em relação aos pontos há pouco alguém falou na diferença entre crescimentos e desenvolvimento e aqui está a prova do que é desenvolvimento. A requalificação da zona industrial de Vagos é uma obra desejada há muito pelos empresários que apostam em Vagos e que nunca puseram em causa que este Concelho era um bom investimento. Esta obra é importantíssima, mas mais importante ainda é o eixo de ligação da zona industrial de Vagos à A17, porque está a proporcionar um desenvolvimento da zona sul do Concelho de Vagos além do desenvolvimento da zona industrial e de toda esta área. Há empresas, e polos industriais, que poderão ser servidos diretamente da zona industrial de Vagos pela requalificação, que também já existe, da área da estrada Rines – Sanchequias, apesar de ser uma estrada com algumas limitações para trânsito de

camiónes. Esta requalificação e o desenvolvimento que proporcionará ao sul do Concelho, é uma obra importantíssima e é de louvar a coragem que o Executivo está a ter em avançar sem financiamento comunitário. Esta é a prova, provada, que o PSD e o Executivo estão preocupados com o desenvolvimento e não só com o crescimento. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação ao projeto da requalificação da zona industrial de Vagos este já foi aprovado, já foi adjudicado e o senhor Presidente julga que até já tem parecer do Tribunal de Contas e, portanto, neste momento já não há muito a fazer relativamente ao projeto, mas está disponível para quem quiser consultar. Este e os outros projetos que aqui estão a ser discutidos. Os projetos são discutidos em sede de reunião de Câmara, mas estão sempre disponíveis para a Assembleia Municipal consultar e dar opiniões sobre os mesmos que serão acolhidas como o Executivo sempre faz em relação a várias medidas que lhe são apresentadas, e são várias. Há propostas de oposição, umas são aceites e outras não, porque não se pode considerar que todas têm de ser aceites uma vez que há algumas que embatem na estratégia do Município. Em relação ao projeto da requalificação da zona industrial e ao facto de estarem asseguradas as infraestruturas necessárias, obviamente que estão. Em relação à eletricidade, por exemplo, já está há muito tempo resolvida. Em dois mil e treze uma das principais queixas dos empresários eram os micro-cortes que afetavam as máquinas que existiam na indústria. Neste momento a zona industrial é bi-alimentada e essa questão dos micro-cortes foi reduzida de forma substancial. Em relação à iluminação toda a rede será substituída no âmbito da ESA em todo o Concelho. A questão da proteção da zona industrial foi uma grande luta com o ICNF para que este fizesse a duplicação da faixa de proteção da zona industrial. Essa duplicação foi pedida no verão de dois mil e dezassete e curiosamente a resposta foi negativa e depois dos incêndios a Câmara Municipal fez novamente o pedido e aí já o ICNF não teve coragem de não dar autorização, porque se alguma coisa tivesse corrido mal o senhor Presidente teria dado conhecimento público desse pedido que não tinha sido aprovado. Esse trabalho foi feito há mais ou menos um ano, para além da Câmara Municipal ter estado frequentemente no terreno, juntamente com o NEVA, a fazer essa limpeza do espaço da faixa de proteção que já existe. Em relação à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar felicitou-o pela “chegada” a esta política expansionista que há pouco chumbaram no orçamento municipal. E isto porquê? Porque quando diz que o Orçamento Europeu que foi aprovado na quinta-feira e que prevê mecanismos que são únicos do ponto de vista europeu e do ponto de vista financeiro de apoio aos países e às economias. Obviamente, que tudo isto implicava que todos fossem obrigados a fazer um orçamento ambicioso, ainda quando esse orçamento é plurianual, para cinco anos. As Autarquias têm neste momento um quadro totalmente diferente. A intervenção que o senhor Deputado Óscar Gaspar fez hoje, sobre a delapidação das empresas de obras públicas, choca com a sua intervenção, quase de gozo, na última Assembleia Municipal, por a Câmara Municipal ter ficado com alguns procedimentos desertos, nomeadamente o do Palacete Visconde de Valdemouro. Quando referiu essa atuação por parte do Município deveria ter tido em atenção aquilo que disse hoje, mas ainda bem que reconheceu. Esta não é uma forma de correta

orçamentação, o que se trata aqui é que os preços vão subir e, portanto, isto depois irá embater noutra coisa. Quando se colocam os preços base demasiado elevados o próprio Tribunal de Contas vem perguntar porque é que os preços base estão tão elevados. E a justificação é de mercado. O senhor Presidente é a favor que os preços sejam mais elevados porque depois o mercado se sentir que aquela obra pública é suficientemente atrativa vem e compete por essa mesma obra e equilibra novamente a questão do preço. Tem de haver uma estratégia, porque claramente vai haver um problema de mão-de-obra porque não a há, isto é, fazem falta empresas e construção para fazer obras de pequena dimensão. Quanto às questões do senhor Deputado Juan Martins, pois é mais que evidente que a Câmara Municipal tem de se alicerçar no financiamento bancário se quiser fazer algumas obras, e não é crime nenhum. Não é crime nenhum alicerçar o investimento no financiamento bancário e desta forma seguir em frente com os investimentos e deste modo ficar-se na expectativa dos financiamentos no âmbito do Quadro Europeu que aí vem. A Câmara Municipal tem de estar preparada, tem de executar, tem de colocar estes processos em marcha. O próximo ano será um ano eleitoral e todos têm de ter consciência que esta questão é uma necessidade do Município e convém que todos estejam, mais ou menos, de acordo em relação à importância deste tipo de investimentos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 03 de dezembro de 2020. -----

-----**PONTO SEIS: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE INVESTIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO – EIXO PARA A COMPETITIVIDADE – LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS À A17;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 03 de dezembro de 2020. -----

-----**PONTO SETE: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE INVESTIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO – CENTRO NÁUTICO E PISCATÓRIO DA PRAIA DA VAGUEIRA;** ---

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 03 de dezembro de 2020. -----

-----**PONTO OITO: AUTORIZAÇÃO DE REFORÇO ORÇAMENTAL E REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – CENTRO NÁUTICO E PISCATÓRIO DA PRAIA DA VAGUEIRA;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----



----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por chamar à atenção o facto do senhor Presidente da Câmara aquando do início da explicação do ponto ter iniciado a intervenção dizendo que *“isto é uma questão técnica”*. No entanto, é muito mais do que uma questão técnica, porque este tema merece um pouco mais de debate aqui nesta Assembleia. Muitas vezes trazem-se aqui assuntos que são relevantes para o Concelho como se fossem questões meramente técnicas. O ponto específico que se está a votar até pode ser, mas isto merece um debate um pouco mais aprofundado. Estas questões são sempre relacionadas com financiamentos atribuídos, por empréstimos, por causa da sempre deficiente liquidez da Câmara Municipal, mas o senhor Deputado lamenta ter de estar permanentemente a dizer que esta Assembleia Municipal se deve constituir também como um órgão de debate sobre as opções políticas. Esta é uma obra que irá custar aos contribuintes mais de um milhão de euros e, por isso, é importante ser aqui debatida e que fosse explicado como é que se desenrolou o processo desde o início, para se ter chegado a todas estas questões técnicas, designadamente: o que esteve na base da decisão desta candidatura; em que várias localizações é que esteve; porque é que se escolheu aquele canal de água; o que é que esteve em cima da mesa para escolher esta opção; que concurso é que houve para adjudicação da obra; qual foi a empresa que ganhou; quais são e serão os parceiros deste projeto; que valências é que ficam, sejam elas imateriais ou físicas; que papel terão essas valências na ligação à sociedade civil, como por exemplo a educação. O Agrupamento de Escolas de Vagos tem um Centro de Formação Desportiva, desde dois mil e quinze, e está a ter uma ação muito meritória e tem estimulado o aproveitamento dos recursos, o que claramente poderá ter incentivado a que este projeto existisse. O Partido Socialista sempre defendeu que se devem aproveitar os recursos que se têm, nas mais diversas áreas, e, por isso é importante que este debate se faça na execução destes projetos de investimento. Aliás, o CDS-PP também referiu que era importante que os projetos viessem para aqui com os desenhos, ou pelo menos com uma mínima nota explicativa. Posto isto, o senhor Presidente tem oportunidade de esclarecer tudo isto porque, ao contrário do que disse há pouco, os partidos não estão aqui para responder às provocações que faz. A Câmara Municipal é que tem a obrigação de responder a tudo o que os partidos perguntam, pelo menos enquanto membros desta Assembleia Municipal, um órgão fiscalizador e de debate. Em relação à campanha dos vouchers o senhor Deputado sugere que façam uma pesquisa no Google e verifiquem se não é uma ação que está disseminada por todo o País. A Câmara Municipal copiou muito bem, e já deixou os parabéns por isso, não pode é dizer que é um exemplo para o País. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que fez a pesquisa que o senhor Deputado Bruno Julião recomendou e a única Câmara Municipal que lhe apareceu com a campanhas de vouchers foi a do Porto, em trinta de novembro quando a Câmara Municipal de Vagos iniciou em Agosto. O senhor Presidente pode garantir que Municípios vizinhos vieram pedir informações sobre o formato desta campanha de vouchers, já foram pelo menos três. Existem outros formatos, mas como este da Câmara Municipal, com tanta abrangência em termos financeiros, não. Em relação ao tema deste ponto, o que o senhor Presidente disse é exatamente a

verdade, ou seja, o que se está aqui a falar é uma questão técnica. Se o senhor Deputado quiser colocar questões, pode fazê-lo, está no seu direito e o senhor Presidente responderá com todo o gosto. A abertura do procedimento para esta empreitada já tem um ano, foi a quinze de novembro de dois mil e dezanove, e já foram feitas cerimónias públicas onde esteve o Agrupamento de Escolas de Vagos, as Associações Náuticas e representantes dos pescadores, que são parceiros da Câmara Municipal. Portanto, tudo o que está a dizer e a sugerir que fosse feito já foi feito. Obviamente, que ao Presidente da Câmara compete-lhe vir aqui à Assembleia Municipal responder aos senhores Deputados. Este é um projeto que teve os seus atos formais normais, ou seja, foi aprovado enquanto uma das prioridades do Município, nomeadamente no orçamento para dois mil e vinte e está novamente no orçamento para dois mil e vinte e um. É um projeto que prevê a requalificação daquela Marina de apoio a barcos de recreio que já existe na praia da Vagueira, mas que será dedicada aos pescadores de rio que existem. O levantamento inicial que foi feito indicou vinte e nove embarcações de pesca de rio na Freguesia da Gafanha da Boa Hora. Neste âmbito, foram feitas reuniões em conjunto com a Junta de Freguesia e com estes pescadores. Além da infraestrutura marítima que vai ser feita irá ser construído, também, um espaço onde os pescadores possam guardar as suas artes. No fundo é um pouco à imagem e semelhança do que está feito na Costa Nova. Para além disso, ter-se-á um espaço, o chamado “bota-abaixo” dos barcos, isto é, um espaço onde os barcos possam ser colocados na água. Entretanto, será também criada uma infraestrutura de apoio, com armazém e com bar, que poderá ser utilizado quer pelas Associações Náuticas quer pelo Agrupamento de Escolas de Vagos. Se o Agrupamento de Escolas de Vagos tem hoje um projeto importante no país de apoio às atividades náuticas o parceiro principal desse projeto é a Câmara Municipal de Vagos em conjunto com o Desporto Escolar. No âmbito deste projeto haverá, também, um armazém que servirá para guardar as embarcações de apoio desta iniciativa. O que se pretende é requalificar toda essa área, o projeto já foi dado a conhecer, cujo o concurso público foi lançado uma primeira vez e ficou deserto e, depois, foi lançado uma segunda vez, e foi adjudicado e já está para visto do Tribunal de Contas o contrato e a empresa que ganhou foi a mesma que ficou com a obra da Escola Básica da Quintã. –

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que das muitas perguntas que fez algumas ficaram por responder, mas haverá essa oportunidade com certeza à medida que o Centro Náutico for sendo construído, e as valências também forem sendo mais claras, de se poder sugerir, ao longo da sua existência, algumas oportunidades de ligação à sociedade civil, ao turismo, ao desporto e de forma concreta ao Agrupamento, porque será com certeza importante. Entretanto, deixou uma questão técnica, ou seja, o senhor Deputado não entendeu bem a diferença entre os novecentos e setenta e cinco mil euros da adjudicação e o milhão e trinta e oito mil da nova cabimentação. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que a hora já vai tardia e tem consciência que todos os membros da Assembleia Municipal terão os seus afazeres e o tempo ocupado com as suas profissões, como são com certeza os membros do grupo municipal do PS. No entanto, considera que o deputado Bruno Julião, por vezes deveria perder menos tempo em

pesquisar quem é que elaborou documentos e perde mais tempo, por exemplo, a ir às apresentações públicas dos projetos ou a ir à Câmara Municipal consultar os projetos para depois colocar as questões que eventualmente sejam duvidosas, ou que tenham dúvidas, para serem esclarecidas na Assembleia Municipal. O senhor Deputado considera que tendo este projeto sido apresentado publicamente há já mais de um ano, estando já à discussão há mais de um ano, estar agora a perder tempo com isto, com quem não teve interesse em se informar sobre os projetos, parece mais o “*show off*” da transmissão on-line da Assembleia para dar a entender que o Partido Socialista trabalha muito sobre os assuntos. Os membros dos grupos Municipais do CDS-PP e do PSD não terão tantas dúvidas quanto a este projeto porque fizeram o trabalho de casa e dedicaram-se um pouco mais aos assuntos que vem à Assembleia Municipal. O senhor Deputado também fez a pesquisa no google e encontro três Câmaras Municipais com campanhas de vouchers: o Porto, desde trinta de novembro; Alfândega da Fé, desde vinte e quatro de Novembro e Gaia, no Natal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder à questão colocada pelo senhor Deputado Bruno Julião, ou seja, a diferença nos valores prende-se com o IVA, porque a adjudicação é feita sem IVA e depois tem o valor de 6% de IVA nas empreitadas. Em relação ao Agrupamento de Escolas o senhor Presidente referiu que está envolvido e de que forma é que está. Aliás, a Câmara Municipal é parceira do Agrupamento nesse projeto que terá um espaço dedicado no edifício de apoio para poder utilizar, para as suas práticas náuticas. Em relação à questão do turismo é mais difícil de explicar. O canal escolhido é o Canal de Mira que existe na Gafanha da Boa Hora e o grupo de Ação Costeira só financia obras nas Freguesias costeiras, nomeadamente no caso de Vagos na Freguesia da Gafanha da Boa Hora, por isso é que não podia ser feito na Quinta do Ega como era o objetivo inicial da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra para solicitar ao senhor Presidente da Câmara que reconsidere a resposta que deu porque a informação que chegou aos membros da Assembleia é que o valor dos novecentos e setenta e cinco mil euros já tinha o IVA incluído. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e pediu para ser o senhor Nuno André, Chefe da Divisão Financeira, a explicar a questão colocada. -----

----- O senhor Nuno André explicou que o que está em causa é que o valor que estava é insuficiente, ou seja, havia quatrocentos mil euros para dois mil e vinte e quatrocentos mil euros para dois mil e vinte e um. O valor de adjudicação é de novecentos e setenta e cinco mil euros, a questão é que o valor dos quatrocentos mil euros em dois mil e vinte não é todo usado. Assim sendo, o que está a pedir é para aumentar duzentos e trinta e oito mil euros para dois mil e vinte e um, mas o cabimento irá ser feito pelo valor de adjudicação. A questão tem a ver com o programa financeiro da empreitada, como a faturação não é linear ir-se-á precisar de mais duzentos e trinta e oito mil euros em dois mil e vinte e um, sendo certo que em dois mil e vinte aquela dotação não é toda usada, mas o valor que irá ser cabimentado é os novecentos e setenta e cinco mil euros, apesar da dotação financeira da obra ficar no valor de um milhão e trinta e oito. -----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das 00h00m da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

**O Presidente,**\_\_\_\_\_.